



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MEU RIO: A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

GUILHERME KARAKIDA RAMALHO

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MEU RIO: A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

GUILHERME KARAKIDA RAMALHO

Orientadora: Profa. Ilana Strozenberg

RIO DE JANEIRO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Meu Rio: a tecnologia como ferramenta de participação política**, elaborada por Guilherme Karakida Ramalho.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Ilana Strozenberg

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Cristina Rego Monteiro da Luz

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Mariana Cavalcanti

Doutora em Antropologia Social – Universidade de Chicago

Departamento de Sociologia - UERJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

KARAKIDA, Guilherme.

Meu Rio: a tecnologia como ferramenta de participação política.
Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Ilana Strozenberg

KARAKIDA, Guilherme. **Meu Rio: a tecnologia como ferramenta de participação política**. Orientadora: Ilana Strozenberg. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender, em primeira instância, se a tecnologia estimula a participação política dos cidadãos e potencializa o engajamento da sociedade civil, a partir do estudo do caso da organização Meu Rio. Neste contexto, foi observado se o Meu Rio colabora para descentralizar as tomadas de decisão da cidade, interpretado como maior influência dos cariocas nas políticas públicas, com base no estudo dos seus aplicativos e plataformas. A Panela de Pressão ganha destaque na pesquisa por ser o aplicativo de maior sucesso da organização. Por fim, busca-se identificar as estratégias utilizadas em duas mobilizações que produziram resultados diferentes: Escola Municipal Friedenreich e CPI do Aborto da Alerj.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. ESTRUTURA DA PARTE TEÓRICA	4
2.1 Representação e poder	4
2.2 Redes sociais da internet e novas formas de participação política	9
3. A REDE DE MOBILIZAÇÃO MEU RIO	14
4. REPERTÓRIOS DE MOBILIZAÇÃO DO MEU RIO	23
4.1 Legislando	23
4.2 Multitude	24
4.3 Compartilhaço	25
4.4 De Guarda.....	26
4.5 Imagine	27
4.6 Faça Acontecer	27
4.7 De olho	28
5. PRESSIONAR PARA TRANSFORMAR.....	30
5.1 O caso da Escola Municipal Friedenreich	34
5.2 CPI do aborto da Alerj.....	38
6. CONCLUSÃO.....	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o uso de plataformas e aplicativos como ferramenta de participação política, a partir do estudo de caso do Meu Rio. Não se trata de uma defesa da tecnologia como solução para a política ou para a democracia, mas sim de como o seu uso pode estimular a participação na política e engajar os cidadãos.

A justificativa principal que inspirou a elaboração deste trabalho foi uma inquietação pessoal sobre mecanismos de participação política. No senso comum, participar da política se resume ao voto e à política partidária. Experimentar e se apropriar de novas formas de se fazer política é necessário e fortalece a democracia. Nessa direção, o Meu Rio é um dos canais que, a princípio, apresentavam essa proposta para mim, o que foi decisivo na escolha desta iniciativa como objeto de estudo da pesquisa.

Por uma parcela significativa da população, a política tem sido vista como distante dos anseios da população e espaço de concentração de pessoas corruptas. No entanto, as tomadas de decisão nesse âmbito desencadeiam consequências efetivas na sociedade em todas as suas dimensões. Não participar desses espaços é ser conivente com a manutenção do sistema vigente e as injustiças cotidianas. Assim, uma das razões que influenciaram na escolha do Meu Rio como estudo de caso é a sua proposta de trabalhar a política de maneira leve e alegre, mas levando em conta sua complexidade e sem a pretensão de simplificar suas questões.

O objetivo central desta pesquisa é perceber se a descentralização das tomadas de decisão, premissa para a fundação do Meu Rio, concretizou-se na prática. Neste caso, o indicador de sucesso considerado é a maior influência dos cariocas nas políticas públicas da cidade. Outro parâmetro, complementar a isso, é a efetividade do Meu Rio na inserção na agenda política de assuntos de interesse público, independentemente de vontade política dos tomadores de decisão.

Existem finalidades secundárias nesta pesquisa. Uma delas consiste em verificar como o Meu Rio se apropria da tecnologia para encorajar a participação política, a partir da criação de aplicativos e plataformas. Esta reflexão, diga-se de passagem, dialoga com a motivação de escolher o Meu Rio como estudo de caso. Além disso, o trabalho investiga se a representação do Meu Rio é legítima, uma vez que a organização fala e age como representante da sociedade civil.

Este trabalho também observa se ocorre uma articulação e coexistência entre ciberativismo e ocupação presencial do espaço urbano nas ações do Meu Rio ou, ainda, se existem oportunidades de ação presencial e virtual dentro da organização. Por fim, a pesquisa apura se o Meu Rio colabora para construção da noção de cidadão monitorial proposta por Jenkins (2000) e estimula a colaboração para resolver problemas comuns. Após esse ciclo ser concluído – sem o intuito de esgotar tais temáticas -, haverá mais embasamento para dizer se o Meu Rio produz, de fato, um município mais inclusivo, sustentável e democrático como afirma na sua missão.

A metodologia da pesquisa se apoia em dois pilares: levantamento de bibliografia teórica sobre as questões abordadas e coleta de material. Para fundamentar a discussão no trabalho, textos de autores da comunicação e da ciência política serviram como base. A parte da coleta da material, por outro lado, se subdivide em dois momentos: pesquisa documental e pesquisa de campo.

Sobre a pesquisa documental, matérias veiculadas na mídia e na internet sobre a organização foram sendo lidas e sistematizadas num documento no Google Drive, ferramenta de armazenamento de arquivos do Google. Apesar de ter conhecimento prévio sobre a instituição, esse primeiro momento funcionou como meio de aproximação do universo do Meu Rio. Em seguida, começou um processo de estudo aprofundado de cada aplicativo explorado por este trabalho. Na medida em que esse movimento fluía, apareciam perguntas e dúvidas, que foram levadas para as entrevistas.

Em relação à pesquisa de campo, os diretores do Meu Rio, Miguel Lago e Rafael Rezende, foram entrevistados individualmente, em conversas com duração média de uma hora e meia, para a realização deste trabalho. As entrevistas aconteceram tanto virtualmente, via Skype, como presencialmente em almoços e encontros na sede da organização, localizada em Botafogo. As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2015.

Houve um esforço de tentar entrevistar mais membros da organização, mas os pedidos foram deixados em segundo plano pela equipe do Meu Rio por falta de tempo e priorização de assuntos que envolvem a cidade. O autor deste trabalho também participou ativamente, durante novembro e dezembro de 2015, de uma ação do Meu Rio no Complexo do Alemão para compreender as suas dinâmicas internas e estratégias de mobilização.

O segundo capítulo desta pesquisa, após a introdução, se subdivide em dois eixos para construir o arcabouço teórico que fundamentará a análise do Meu Rio. Com base em

conceitos de autores da Ciência Política, o primeiro eixo do capítulo apresenta definições diferentes sobre poder e faz uma reflexão sobre a legitimidade da representação do Meu Rio. Já o segundo eixo do capítulo teórico discute conceitos da comunicação, a partir de Jenkins (2008), Castells (2012) e Lévy (1993).

O terceiro capítulo introduz o objeto de estudo deste trabalho: Meu Rio. A primeira parte se dedica a definir o que é a organização, explicar a sua missão e descrever o seu processo de criação. A segunda parte se concentra em examinar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, a rotina, o modus operandi e as classes sociais que se apropriam dos aplicativos e plataformas do Meu Rio. Além dos materiais documentais, esta apresentação se pauta em entrevistas individuais realizadas com os fundadores e diretores do Meu Rio.

O foco do quarto capítulo é a investigação dos repertórios de mobilização do Meu Rio. Como os aplicativos e plataformas refletem o posicionamento da organização, cada um deles foi estudado separadamente. A análise das ferramentas se pautou por perguntas básicas como: o objetivo, o funcionamento das ferramentas, a quantidade de mobilizações e o grau de participação das pessoas.

O quinto capítulo se subdivide em dois estudos de caso e estuda o aplicativo de maior sucesso do Meu Rio: a Panela de Pressão. A primeira parte do texto apresenta a Panela de Pressão e segue a mesma narrativa dos aplicativos anteriores: objetivo, funcionamento, quantidade de mobilizações e grau de participação das pessoas. Porém, nesse caso, houve destaque para o potencial transformador do aplicativo e as razões que justificam a sua popularidade.

Em relação aos dois estudos de caso, o primeiro aborda a Escola Municipal Friedenreich. Entre 2011 e 2013, o Meu Rio, em conjunto com pais e professores da escola, organizaram-se e impediram a demolição do espaço para reformas no Complexo do Maracanã. Esta mobilização foi escolhida devido ao seu sucesso e por ter produzido aprendizados que servem de referência até hoje ao Meu Rio. O segundo caso explora a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do aborto da Alerj, criada em 2015, após o hediondo crime envolvendo Jandira Magdalena dos Santos Cruz. Esta mobilização foi selecionada pelo fato da mobilização não se traduzir em vitória. Nos dois casos há o esforço de apontar os fatores que produziram esses resultados.

O último capítulo da pesquisa é um resumo das principais conclusões de cada capítulo em função dos objetivos traçados nesta introdução. Em seguida, são apontados caminhos em

aberto para futuras pesquisas. Vale ressaltar ainda a preocupação de estabelecer diálogo entre a análise dos materiais e os conceitos teóricos trabalhos no segundo capítulo ao longo de todo o trabalho.

2. ESTRUTURA DA PARTE TEÓRICA

Os dois próximos subcapítulos servirão como base teórica para estudar o Meu Rio. A primeira parte do texto reflete sobre poder, esmiuçando as perspectivas unidimensional, bidimensional e tridimensional do poder de autores da ciência política. Em seguida, a relação entre poder e representação se estabelece e, por meio de Avritizer (2007), é colocado em aberto se a representação do Meu Rio pode ser definida como legítima.

No segundo capítulo, a continuidade do acúmulo teórico prossegue pela introdução dos três modelos de governo representativo propostos por Manin (1995): parlamentar, democracia de público e democracia de partido. Em seguida, o entendimento da política por Ortega (1999) como espaço de criatividade e experimentação é apresentado. A partir disso, a monografia dialoga mais com o campo da comunicação, com base em Jenkins (2008), Castells (2012) e Lévy (1993).

O conceito de cultura da convergência de Jenkins (2008) é abordado, mas o seu foco está nas implicações da tecnologia no comportamento do cidadão. Pela sua experiência no estudo da rede e de movimentos sociais pelo mundo, Castells (2012) proporciona uma visão de como o off-line e o online se articulam e desdobra a importância de cada um. Para evitar o erro de superestimar o potencial democrático da rede e fugir da ingenuidade comum neste tema, as ideias de Lévy (1993) são de extrema relevância para enfatizar o uso da técnica em vez da técnica propriamente dita. Por fim, o capítulo dois acaba com o conceito de sociedade relacional de Da Matta (1991), trabalhando a coexistência entre atitude moderna e tradicional e suas consequências.

2.1 Representação e poder

Representação e poder são conceitos trabalhados por diversos autores do campo das ciências sociais, e, mais especificamente da Ciência Política, com perspectivas divergentes e complementares. Sem a pretensão de buscar uma definição única ou definitiva para cada um deles, o foco deste capítulo é construir o arcabouço teórico que irá fundamentar a análise da plataforma de mobilização Meu Rio, objeto de estudo dessa monografia. É a partir desses conceitos que buscaremos entender as motivações que deram origem a essa iniciativa, discutir

a relevância de seus propósitos e ações, bem como analisar em que medida o Meu Rio desempenha uma função de representação efetiva.

Lukes (1980) é a principal referência para tratar a questão do poder, porque examina diversos autores com conhecimento sobre essa temática no seu texto. De acordo com Lukes (1980), as definições de poder da Ciência Política diferem segundo as dimensões contempladas, propondo uma classificação em perspectivas: unidimensional; bidimensional e tridimensional. Segundo Robert Dahl (1961), cientista político que se situa entre os representantes da visão unidimensional do poder, o melhor modo de identificar quais grupos ou pessoas detém mais poder é perceber quem prevalece na tomada de decisão, com base no estudo do comportamento concreto e observável. Para o professor emérito da Universidade de Yale, o poder só se manifesta quando existe conflito visível.

Dahl define em “The concept of power” (1957) que o poder ocorre quando A tem poder sobre B, no sentido em que ele pode levar B a fazer algo que B doutro modo não faria. Em “Who Governs? Democracy and Power in an American City” (1968), o autor investiga a questão do poder em New Haven, cidade do estado de Connecticut nos Estados Unidos, em meados do século XX. Uma das metodologias empregadas pelo autor é avaliar quais participantes propuseram iniciativas que foram incorporadas na política, quais votaram em sugestões de outros e quais propostas foram recusadas. De acordo com o grau de sucesso, Dahl determina o poder do cidadão de interferir nas políticas públicas de New Haven.

Bachrach e Baratz (1962), representantes da visão bidimensional de poder, por outro lado, defendem que o poder se manifesta em duas frentes em “Two Faces of Power”. A primeira dimensão – também contemplada por Dahl – refere-se à predominância de certos atores ou grupos na tomada de decisão. Quanto maior a capacidade de tomada de decisão, maior o poder. A segunda dimensão consiste na consideração de que a não tomada de decisão é uma decisão por si só, sendo, portanto, também, uma manifestação de poder. Os autores criticam os defensores da visão unidimensional do poder pelo seu enfoque comportamental, ao não considerarem que o poder possa ser exercido em tomadas de decisões relativamente tranquilas. Nesse sentido, os autores expandem o entendimento do conceito de poder ao incorporar ao debate a ideia de que o conflito pode ser encoberto para que o poder se manifeste. A tipologia de poder de Bachrach e Baratz engloba os aspectos de influência, coerção, força, manipulação e autoridade. Mesmo com as diferenças, o conflito como condição para a manifestação do poder se conserva na visão bidimensional de poder.

A maior contribuição dos autores, no entanto, reside em trazer o foco para o preconceito na discussão sobre poder. Para Bachrach e Baratz, a mobilização do preconceito ocorre por meio de rituais, valores e processos institucionais que prestigiam certos grupos de indivíduos e de pessoas e ignoram os demais. Outro elemento relevante em suas análises é o argumento de que o preconceito se mantém e propaga não apenas pelo encadeamento de atos individuais, mas também por meio de um processo de construção social e padronização cultural. Assim, o preconceito pode ser fortalecido e reproduzido inconscientemente, sem ser resultado de escolhas individuais.

Para os fins desse trabalho, entretanto, a visão tridimensional do poder, proposta por Steven Lukes em “O poder: uma visão radical” (1980), é a que agrega mais elementos. Antes de introduzir a sua terceira dimensão de poder, este trabalho apresentará suas críticas à visão bidimensional do poder. Steven Lukes se apoia em três pontos para criticá-la. O primeiro ponto consiste na crítica à falsa associação entre poder e conflito real e observável. Segundo Lukes, essa associação é falsa na medida em que existem duas manifestações de poder que prescindem de conflito: a manipulação e a autoridade. As duas ocorrem com consentimento dos envolvidos.

O segundo ponto para criticar a visão bidimensional de poder corresponde ao comprometimento com o behaviourismo – ênfase no comportamento. Na sua visão, tentar compreender os casos de exclusão de debates potenciais na agenda política, a partir de tomadas de decisão em situações de conflito, seria um caminho errado para perceber porque grupos e instituições são bem-sucedidos em suprimir pautas políticas relevantes. Diz ele:

As decisões são escolhas, feitas consciente e intencionalmente pelos indivíduos, entre alternativas, enquanto o preconceito do sistema pode ser mobilizado, recriado e reforçado de modos que não nem conscientemente escolhidos, nem o resultado intencional de escolhas individuais. Como sustentam os próprios Bachrach e Baratz, a dominação dos defensores do statu quo pode ser tão segura e penetrante, que ficam desprevenidos de quaisquer desafios potenciais à sua exposição e, assim, de quaisquer alternativas ao processo político existente, cujo preconceito trabalham por manter (LUKES, 1980, p.17).

O terceiro ponto dialoga com o primeiro e parte da crítica ao pressuposto de que o poder da não tomada de decisão só acontece quando há queixas. Steven Lukes (1980) argumenta que ausência de queixas pode ser resultado de uma imposição de poder na medida em que o fato de evitar que as pessoas tenham queixas - a ponto de aceitarem a sua função na ordem das coisas - é uma manifestação evidente e suprema de poder. Essa aceitação seria resultado de uma modelagem contínua de percepções e preferências feitas por quem detém o poder.

A maior contribuição de Lukes para esta monografia, contudo, é a terceira dimensão do poder, que traz para o debate das relações de poder o aspecto do controle da agenda política, problematizando as razões pelas quais algumas temáticas ficam à margem do processo. O autor propõe uma indagação dos motivos pelos quais algumas pautas são incluídas ou excluídas do debate e explora quais seriam os critérios que definem o que entra e é priorizado ou fica em segundo plano nas prioridades do governo. Com análise mais ampla, o raciocínio do poder tridimensional é extremamente útil para pensar os processos de tomada de decisão da atualidade.

Essa perspectiva permite entender, por exemplo, as razões pelas quais os políticos tendem a acelerar processos institucionais e projetos de lei que atendem aos seus próprios interesses. No caso brasileiro, seria o caso de votações feitas às pressas na Câmara dos Deputados, sem que haja debate e tempo de deliberação efetivos. Evidentemente, que uma análise mais aprofundada requer que se considere também outros aspectos do processo, como as influências do financiamento empresarial de campanhas políticas, ato declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e vetado pela presidente Dilma Roussef em setembro de 2015. Quando uma empresa contribui financeiramente para uma legenda ou para alguém do poder executivo, pressupõe-se que algo é exigido em troca, o que, na prática, costumam ser projetos de lei que a contemplam de alguma maneira.

Para estabelecer a relação entre poder e representação, Lukes recorre em seu texto às ideias de Hannah Arendt. Para Arendt, o poder e a representação são consensuais e indissociáveis. Em todos os locais onde pessoas agem em conjunto, como comunidades políticas, o poder aparece. Para a autora, é a população que confere legitimidade ao poder pelo consenso de ser representado por um grupo de pessoas. Assim que a sociedade não se sentir representada ou recusar o grupo que está no governo, o poder desaparece consecutivamente. Diz ela:

A capacidade humana de não só agir, porém de agir em conjunto. O poder nunca é propriamente de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo prossegue unido. Quando dizemos que alguém que está “no poder”, referimo-nos atualmente à sua situação empossada por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDRT apud Lukes, 1980, p.44).

Outro aspecto relevante, apontado por Lukes, dos argumentos de Arendt, é sua concepção da relação entre povo e poder. Remetendo às estruturas de governo de Roma e Atenas, a autora afirma que a relação pública está baseada no império da lei, que se fundamenta no poder do povo. Nesse sentido, o apoio do povo que confere legitimidade ao poder das instituições de um país deveria estar em continuidade com o consenso a partir do

qual são formuladas as leis. Em condições normais de governo representativo, é o povo que controla o governo e não o contrário.

O aumento da presença da sociedade civil nas políticas públicas, sobretudo a partir da expansão das redes sociais digitais como plataforma de mobilização, e o crescimento de instituições participativas, como o Meu Rio, produziram novas formas de representação. Com isso, também surgiram indagações importantes. Leonardo Avritzer (2007) realiza a seguinte provocação crítica: “Seria essa proliferação de formas de representação social uma distorção do próprio funcionamento da representação ou seria apenas um caso entre muitos outros que tem servido para reelaborar a própria noção de representação?” (AVRITZER, 2007, p. 2).

Na medida em que escolhe as mobilizações que quer defender e priorizar, o Meu Rio age como representante da sociedade civil. No entanto, seria legítimo falar e agir em nome de alguém sem consentimento? Essa pergunta, de relevância central para este trabalho, se tornou um dos principais temas de reflexão no debate sobre representação. Nessa direção, Nadia Urbinati (2006) inclui a dimensão da globalização como elemento que complexifica ainda mais o entendimento da trama de relações de representação contemporâneas: Diz ela:

Cada vez mais atores internacionais, transnacionais e não-governamentais desempenham um papel importante na implementação de políticas públicas a favor dos cidadãos. Neste sentido, eles agem como representantes. Esses atores ‘falam por’, ‘agem por’ e ‘defendem posições em nome de’ indivíduos no interior do Estado nacional (Urbinati apud AVRITZER, 2007, p. 452)

Na sua argumentação, Urbinati (2006) amplia o conceito de representação para contextos não eleitorais, mostrando que a eleição é apenas uma das diversas esferas da representação.

Outro ponto relevante do debate sobre a representação em tempo de redes sociais e globalização diz respeito aos critérios de legitimidade do poder. Thomas Hobbes (2003), em “O Leviatã”, relaciona a legitimidade da representação apenas à autorização, o que significa que alguém só pode representar outra pessoa caso houver autorização para agir em nome dos representados. Avritzer (2007), no entanto, aponta que a representação também pode ocorrer por identificação, ainda que não haja autorização. É o que ele denomina de representação relacional.

Dois exemplos desse tipo de representação mencionados pelo autor para reforçar e mostrar a pertinência de sua argumentos são a Anistia Internacional e o Greenpeace. Para ele, ONGs multinacionais, como a Anistia Internacional e o Greenpeace, representam um discurso

geral sobre determinado tema em vez de um conjunto específico de pessoas. É a identificação com esse discurso que confere legitimidade à suas formas de representação.

2.2 Redes sociais da internet e novas formas de participação política

Em “As metamorfoses do governo representativo” (1995), Bernard Manin propõe três tipos de modelos de governo representativo: parlamentar, democracia de partido e democracia de público. Para atender aos objetivos deste trabalho, serão considerados apenas os formatos políticos de democracia de partido e de democracia de público pelo fato de não ter existido na política recente brasileira um sistema de governo parlamentar.

Para Manin (1995), na democracia de partido os cidadãos votam em quem carrega as cores do partido. Em termos de comportamento político, essa característica sugere que a figura do candidato pouco importa na hora das eleições, porque a fidelidade à legenda predomina. Nesses contextos, a transferência de preferência política tende a se propagar pelas gerações, sendo transmitida de pai para filho, o que fortalece a estabilidade do comportamento eleitoral.

Outro elemento importante desse modelo consiste na falta de autonomia dos filiados a um partido para votar de acordo com as suas vontades. A disciplina partidária, traduzida em diretrizes, guiam os votos dos políticos. Segundo Manin (1995), a posição dos representantes já é definida antes mesmo de se iniciarem os debates - dentro do próprio partido -, e as sessões nas instâncias representativas apenas atribuem caráter de validade às decisões tomadas.

Na democracia de público, por outro lado, o que determina o voto dos eleitores é a figura do candidato e o partido apresenta importância secundária. Manin (1995) afirma que cada vez mais os eleitores tendem a votar em pessoas em vez de partidos, o que demonstra um fenômeno de afastamento do comportamento considerado normal – estabilidade dos votos em legendas. Em outras palavras, o mesmo cidadão pode escolher diferentes partidos em uma única eleição. Isso, para Manin (1995), sugere que a dinâmica se modifica dependendo do que está em jogo em cada eleição.

No entanto, a contribuição de Manin (1995) mais relevante para a análise que se propõe realizar nessa monografia trata da questão do voto. Com perspectiva pessimista, o autor defende que em todas as formas de governo representativo, seja no modelo parlamentar, de democracia de partido ou democracia de público, o voto consiste numa ação reativa do eleitorado ao que lhe já é dado. O cidadão não tem a liberdade de escolher, por exemplo, em

qual candidato quer para representá-lo, mas apenas um nome que os respectivos partidos escolheram previamente.

Nesse sentido, Francisco Ortega em “Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault” (1999) aponta caminhos para experimentar novas formas de se apropriar e fazer política. Ortega (1999) explica, com base em Arendt, Derrida e Foucault, que a imagem dominante da política é a democracia representativa e a política partidária. No trecho a seguir, o seu ponto de vista sobre esse modelo de política evidencia as suas críticas:

Nesse processo eleitoral, cria-se a ilusão de participação e de contribuição para o destino político de uma nação, quando, na realidade, o que tem lugar é uma mudança das elites governantes. Essa fantasia de democracia, ou seja, a democracia como ficção de participação e de decisão, é *conditio sine qua non* da existência do principado democrático, servindo de legitimação às elites oligárquicas em decorrência do poder político (ORTEGA, 1999, p. 16).

Ortega (1999) considera que o espaço político deve ser recuperado e redefinido. A concepção de atuação e participação política como sinônimo de democracia de partidos empobreceria o próprio entendimento da política como atividade de criatividade e experimentação. Assim, para o autor, a amizade seria uma alternativa para se reinventar o fazer político. Neste contexto, a amizade não se adequa ao conceito tradicional de laços estabelecidos entre duas pessoas ou grupos que se gostam ou se relacionam, mas é entendida como fenômeno político. A amizade, de acordo com Ortega (1999), seria um modo de reinventar a política e experimentar novas formas de sociabilidade.

As novas tecnologias, com destaque para a internet e os celulares, ampliaram as possibilidades de participação na política. Manuel Castells (2012), sociólogo espanhol, define redes de internet e de celular como formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política. O autor de “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet” (2012) tem uma reflexão ampla e relevante sobre as redes sociais na internet, seus desdobramentos e implicações. Na sua visão, que pode ser considerada otimista, a internet é um espaço de autonomia muito além do controle de governos e empresas.

A tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação de computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando. Emergiu da cultura da liberdade prevalescente nos campi universitários da década de 1970 (CASTELLS, 2012, p. 172).

Em “A cultura da convergência”, Henry Jenkins explica que o mundo está vivenciando um fenômeno de convergência definido como “uma transformação cultural, à

medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em conteúdos em meio a conteúdos dispersos” (JENKINS, 2008, p.8). Produto da tecnologia, a convergência teria alterado o modo como as pessoas consomem e interagem com a mídia. O autor critica a interpretação de convergência como processo tecnológico que reúne variadas funções em um único aparelho. Convergência, na sua visão, seria quando os consumidores acessam e/ou produzem versões de uma mesma narrativa em múltiplos aparelhos e plataformas de acordo com as circunstâncias. Essa possibilidade, segundo Jenkins, promove novas formas de configuração de relações de poder, na medida em que abre novas possibilidades de comportamento participativo dos cidadãos.

[...] é uma mudança na maneira como as pessoas pensam sobre comunidade e poder a ponto de mobilizar a inteligência coletiva para transformar a governança; [...] é sobre uma mudança na concepção individualizada de cidadão informado para o conceito de colaboração do cidadão monitorial (JENKINS, 2008, p.208).

Embora tenha escrito *Cultura da Convergência* em 2006, Jenkins apresenta uma percepção bastante atual e talvez visionária do potencial que as tecnologias apresentam de transformar o comportamento do cidadão. O autor antecipou a noção de que a democracia digital seria descentralizada, trazendo modificações para o entendimento de comunidade e crescimento da participação. Nas suas palavras: “Menos dependência da expertise oficial e maior confiança na colaboração de resolução de problemas” (JENKINS, 2008. p.209).

Para evitar o erro de superestimar o potencial de democratização dos aplicativos e das plataformas tecnológicas, entretanto, é importante recorrer às ideias de Pierre Levy sobre a técnica e seu impacto em “*As tecnologias da informação*” (1993). O autor adverte que a apropriação da técnica e o seu uso são mais significativos do que a técnica propriamente dita.

Se colocamos a ênfase na tecnologia, foi para reparar uma injustiça, para devolver a inteligência as coisas, que por muito tempo foram mantidas à distância. Não se trata, de forma alguma, de acreditar que "a técnica" como um toda (como se a palavra designasse uma entidade real e homogênea) "determina", ou funda, ou forma a "infra-estrutura " do que quer que seja. Quando tentamos compreender como pensam e sonham os coletivos, estaríamos antes diante de sistemas ecológicos abertos, em reorganização permanente e povoados por inúmeros atores (LÉVY, 1993. p.114).

Para Pierre Lévy (1993), as técnicas ocupam um **lugar** secundário e são resultados de longas cadeias entrecruzadas de interpretações. “A técnica em geral não é boa, nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um devir coletivo heterogêneo e complexo na cidade do mundo” (LÉVY, 1993, p. 119).

Em “*Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*”, Castells analisa os principais movimentos sociais que eclodiram no mundo inteiro na primeira

década do século XXI, dando destaque ao Occupy Wall Street, à Primavera Árabe, à construção colaborativa de uma constituição na Islândia e ao movimento dos Indignados na Espanha.

Na ampla maioria destes lugares, houve uma hibridização, entre ciberativismo e ocupação do espaço urbano. Isto é, os movimentos sociais se organizaram e se mobilizaram pela rede, mas as suas atividades e manifestações se estenderam do online para o real. Castells (2012) afirma que pela ocupação do espaço urbano, seja de praças públicas ou de persistência das manifestações nas ruas, as reivindicações das populações destes locais se tornaram um movimento. A importância dessa hibridização é um dos aspectos mais enfatizados em “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”.

Os espaços tornam possível interagir face a face, compartilhar a experiência, o perigo e as dificuldades, assim como, em conjunto, enfrentar a polícia e suportar a chuva, o frio e a perda de conforto em suas vidas cotidianas. Mas as redes sociais da internet permitiram que a experiência fosse divulgada e amplificada, trazendo o mundo inteiro para o movimento e criando um fórum permanente de solidariedade, debate e planejamento estratégico (CASTELLS, 2012, p.133).

Castells (2012) destaca que os espaços ocupados são importantes para as mudanças sociais por três motivos. O primeiro pelo fato de formar uma comunidade que ganha força pela proximidade. O autor explica que esse elemento é fundamental para a superação do medo, sentimento que, na sua visão, impede cidadãos de se envolverem em movimentos sociais. O segundo argumento apresentado por Castells reside no significado que os espaços urbanos carregam em si mesmos. Ao ocupar o espaço urbano, a sociedade reivindica um ideal de cidade que difere da manutenção do *status quo*. O ato de ocupar um espaço público representa uma não aceitação da ordem existente das coisas e a luta por novos modelos e paradigmas políticos. O terceiro e último argumento do autor consiste na construção de uma comunidade livre em um lugar simbólico, na medida em que isso ressignifica o espaço público, transformando-o em local de deliberação e, por consequência, em espaço político.

Em contrapartida, a internet ofereceu segurança para os movimentos sociais retratados por Castells (2012) ao formar e fortalecer redes de pessoas dispostas a resistir e de atrair simpatizantes das causas do mundo inteiro. Em casos de truculência policial, a repercussão seria global em vez de local e poderia gerar – como gerou - reações de uma comunidade inteira de ativistas e defensores dos direitos humanos. A possibilidade de enfrentar a violência se tornava mais razoável pela visibilidade propiciada pela internet.

Roberto da Matta, no texto “Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional” (1991), introduz um conceito relevante para entender a sociedade brasileira. Na

sua leitura, o Brasil se constitui como sociedade relacional. Isto é, existe uma coexistência entre atitude moderna e atitude tradicional. Esta é pautada pela hierarquia, em que prevalecem as relações de privilégios e uns cidadãos são mais iguais que outros. Isso se escancara, por exemplo, quando a polícia e a lei tratam indivíduos com base nas categorias sociais a que pertencem, a sua cor e o território ao qual pertencem. A atitude tradicional também se evidencia na lógica do voto. Enquanto o voto de partido (democracia de partido) corresponde à identificação com os valores de um partido, o voto em pessoas (democracia de público) costuma ser orientado por relações e interesses – conseguir um emprego ou cargo, conhecer, ser parente ou amigo do candidato ou desejar que algum favor seja atendido. A atitude moderna, em contrapartida, pauta-se pelos valores do individualismo liberal – igualdade, liberdade e fraternidade -, em que todos são iguais perante a lei e os direitos de cidadania são universais.

Com o elemento da internet – incipiente na época do texto de Da Matta (1991) -, torna-se necessário avaliar se as organizações que se apropriam dela produzem uma nova lógica de representação e configuração de poder. Num contexto em que a representatividade de um grupo depende em grande parte das relações pessoais e privilégios de seus integrantes, perceber se esse panorama se valida ou não pela atuação do Meu Rio é um desafio deste trabalho.

No próximo capítulo, o Meu Rio, objeto de estudo deste artigo, será introduzido. O seu *modus operandi*, sua missão, sua origem e as principais mudanças serão trabalhados. Em seguida, cada aplicativo da organização será examinado por subcapítulos. Todo o arcabouço teórico formulado neste capítulo servirá como base para examinar o Meu Rio.

3. A REDE DE MOBILIZAÇÃO MEU RIO

Segundo informações do site da organização, o Meu Rio é uma rede que mobiliza os cidadãos a participarem dos processos de decisão da cidade. A proposta do Meu Rio parte da premissa que a cidadania ativa, com pessoas conectadas e engajadas, proporciona a melhoria das cidades e o aprofundamento da democracia. A sua missão é produzir municípios mais inclusivos, sustentáveis, diversos e prazerosos para se viver.

Essa definição de rede dialoga com a que George Yúdice propôs em “A conveniência da cultura: usos da cultura na era global” (2004). O autor define redes como modos de alavancar e maximizar a potência do capital social e cultural. As redes serviriam para formar sistemas de cooperação para alcançar objetivos dos atores envolvidos neste tecido social. Esta configuração permitiria, na percepção de Yúdice, a conexão de atores, comunidade e processos que de outra forma se desarticulariam. A partir disso, microssistemas são construídos e se vinculam a sistemas maiores, sem perder, contudo, a ligação com que o autor chama de “manancial comunal” (YUDICE, 2004, p.12).

Ao conectar – virtualmente e presencialmente - cidadãos e comunidades interessadas em construir cidades mais sustentáveis e inclusivas, o Meu Rio amplia a potência do capital social e cultural da rede. Quando se articulam pelas ferramentas e plataformas disponibilizadas pela organização, sistemas de cooperação são formados em prol de um norte comum. Por consequência, as chances das suas reivindicações se tornarem realidade mais rápido crescem.

Nesse sentido, é possível dizer que a organização pretende seguir a linha da experimentação política proposta por Ortega (1999) na medida em que oferece ao cidadão possibilidades de participar ativamente da política sem ser, necessariamente, pelo voto ou pela política partidária. Para isso, a organização dispõe de uma plataforma com oito aplicativos que permitem que qualquer pessoa inicie uma mobilização, colabore em iniciativas de outros pela doação de talentos e tempo, entre outros mecanismos de participação. No primeiro momento, a rede que se apropria do Meu Rio - pessoas que utilizam a plataforma para promover ações de mobilização - e a própria equipe operam sob a lógica do monitoramento da cidade para encontrar problemas. No segundo momento, mobilizações são criadas, a partir das tecnologias ofertadas pela organização, para alcançar resoluções e soluções para aquelas questões. Ao escolher funcionar por meio dessa dinâmica, o Meu Rio ajuda a diminuir a concepção individualizada de “cidadão informado” mencionado por Jenkins (2008) e

fortalece no imaginário coletivo a capacidade de colaboração para resolver problemas em comum.

O desenvolvimento da internet e dos celulares marcaram a história da evolução tecnológica. No entanto, o que de fato importa é o uso que as pessoas, em conjunto, fazem dessas ferramentas tecnológicas. Em “As tecnologias da inteligência” (1993), Pierre Lévy argumenta que as técnicas “resultam de longas cadeias inter cruzadas de interpretações e requerem, elas mesmas, que sejam interpretadas, conduzidas pela subjetividade de grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela” (LÉVY, 1993, p.115). No caso do Meu Rio, os aplicativos e as plataformas, segundo seus criadores, pretendem apenas serem meios para descentralizar a tomada de decisão, melhorar o Rio e colaborar para o aprofundamento democrático por meio do crescimento do engajamento dos cidadãos cariocas na política. .

De acordo com informações coletadas em entrevista com Miguel Lago em setembro de 2015, o que motivou a criação do Meu Rio foi um momento especial da cidade. Na época, configurava-se a possibilidade do Rio de Janeiro se tornar um dos principais centros de investimento do mundo em função do fato de sediar megaeventos internacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os fundadores da organização - Miguel Lago e Alessandra Orofino - visavam uma ação que permitisse descentralizar a tomada de decisões para que a maior quantidade possível de cariocas pudesse influir nas mudanças que iriam ocorrer na cidade. No início da estruturação do Meu Rio, em 2011, Miguel Lago cursava mestrado em administração pública na SciencesPo, em Paris. Alessandra Orofino, por sua vez, estudava economia na Universidade de Columbia, em Nova York. Após três meses de ter se mudado para Nova York, Alessandra começou a estagiar na Purpose, incubadora de organizações de mobilizações no mundo.

Com patrocínio e ajuda na captação de recursos de dois economistas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), André Aurélio e Manuel Thedim, e apoio estratégico da Purpose, o Meu Rio surge de fato em 2011, apesar de ter sido imaginado desde 2008. A primeira equipe era composta por cinco pessoas. Uma pessoa responsável pelo vídeo, um redator, um gerente de comunidade – encarregado de estabelecer contato com movimentos e comunidades - e os dois fundadores da rede.

A primeira campanha da organização ocorreu em setembro de 2011 e exigiu uma série de documentos que justificassem as reformas do Maracanã, uma vez que uma obra neste mesmo estádio havia sido feita três anos antes nos Jogos Pan-Americanos. Na época, a

principal ferramenta de mobilização era uma petição online. Apesar da repercussão midiática, o acesso aos documentos relativos à reforma do Maracanã não se concretizou.

Em outubro de 2011, após uma rotina de acompanhamento do trabalho da Alerj e da Câmara dos Vereadores, foi realizada uma segunda campanha, que consistia em desarquivar um projeto de lei que instituía a Ficha Limpa Estadual. O Meu Rio se organizou para que esse projeto avançasse e entrasse em vigor. Uma das ações foi pressionar o então presidente da comissão de justiça. Em apenas um dia, o parlamentar recebeu centenas de ligações reivindicando que nomeasse um relator e encaminhasse o projeto de lei. A estratégia funcionou e o projeto de lei foi desengavetado junto a uma PEC. Ambos foram aprovados e sancionados pelo governador do Estado, Sérgio Cabral Filho, o que permitiu a constitucionalidade da Ficha Limpa Estadual.

Em 2012, após um diagnóstico de comunicação interna e de propósito – quais são os objetivos da iniciativa –, houve uma mudança avaliada como imprescindível sobre o entendimento do que é o Meu Rio. A pergunta que norteava a dinâmica do diagnóstico realizado era entender qual era o motivo do trabalho e qual era o perfil da equipe. O resultado foi uma mudança na definição da organização que passou a ser concebida como uma rede de mobilização ao invés de um movimento, como anteriormente. O argumento dessa mudança se pauta na ideia de que o protagonismo deveria estar mais presente no mobilizador – cidadão que se apropria das plataformas da organização - do que necessariamente na equipe. No final de 2013, o Meu Rio se desvincula da Purpose, o que conferiu autonomia e independência para a organização.

Rafael Rezende, diretor do Meu Rio, entrevistado para este trabalho em setembro de 2015, destaca alguns pontos que considera importantes na história da organização. Conta que, em 8 de junho de 2014, o Meu Rio venceu o Desafio de Impacto Social Google Brasil e recebeu um prêmio no de R\$1 milhão. O valor permitiu novos desdobramentos do projeto, que serão mencionados na conclusão. Na virada de 2014 para 2015, outra transformação significativa acontece no Meu Rio. A partir da leitura de textos sobre formas de organização do trabalho de outras iniciativas similares no mundo, sugeridos por Alessandra Orofino, foi redefinido o modus operandi do Meu Rio, além das metas e o seu público-alvo. Nesta época, foi feito ainda um maior detalhamento e aprofundamento de qual a visão de cidade que orienta as ações do Meu Rio. Mantendo como referência a noção de cidades inclusivas e sustentáveis, houve um esforço de melhor definir mais precisamente que é, de fato, entendido por inclusão e sustentabilidade. Atualmente, a organização está em andamento um processo

de discussão interna com o objetivo de delimitar melhor o seu campo de atuação política e de interpretar quem é o seu membro. Estudos internos estão sendo conduzidos para descobrir quem são essas pessoas, quais são mais ativas, quem está de fato interessado em ser membro de uma comunidade do Meu Rio e quem faz parte apenas como rede de monitoramento.

De acordo com Miguel Lago, mais de 200 mil pessoas participaram de alguma ação do Meu Rio ao longo de quatro anos. Ele estima que os membros ativos girem em torno de 165 mil a 170 mil. Em contrapartida, os dados mailchimp - ferramenta massiva de disparo de e-mails e que calcula a quantidade de usuários ativos e cadastrados – aponta que haviam 190.699 pessoas cadastradas no mailing da organização em janeiro de 2016. Deste número, 42.075 interagiam frequentemente com os e-mails que recebiam. Tais informações foram concedidas pela própria equipe do Meu Rio.

A média de idade da equipe do Meu Rio é de 26 anos. Segundo seus organizadores, essa característica influencia na atuação da organização. Miguel Lago relata que o otimismo pode ser apontado como uma das marcas registradas da equipe. Ao contrário de ativistas antigos, que, na sua percepção, são mais céticos e cínicos em alguns pontos, a equipe demonstra um otimismo marcante. A paixão pelo trabalho seria outro elemento visível dentro do Meu Rio.

Em relação às classes sociais que se apropriam dos aplicativos e plataformas, o Meu Rio não tem estudo preciso e fundamentado sobre o perfil do membro. As únicas informações nessa linha são o bairro onde reside no Rio ou a cidade na metrópole fluminense, seus temas de interesse e talentos. A equipe da organização, apesar de saber da necessidade do levantamento de mais informações, não atualizou a ferramenta de cadastro na plataforma – dado de janeiro de 2016. Miguel Lago afirma, porém, que mais membros são provenientes da zona norte do que da zona sul, zona oeste e fora do Rio. O que ocorre na sua percepção, porém, é uma construção no imaginário coletivo de maior representação do Meu Rio na zona sul da cidade, ainda que a maioria dos colaboradores da rede venha da zona norte. Do ponto de vista de engajamento, Miguel Lago avalia que os moradores da zona norte se envolvem em maior grau com a organização do que zona sul. Essa análise empírica lhe deu subsídios para dizer que, sob essa ótica, o Meu Rio seria mais popular do que classe média. Outra característica apontada pelo fundador como concreta é a ampla predominância de jovens como mobilizadores.

Rafael Rezende acredita na hipótese de que todo projeto cresce a partir das redes de quem o cria. No caso dos fundadores do Meu Rio, a origem social é de classe média. Na sua

visão, expandir para ganhar capilaridade e credibilidade com outros grupos sociais requer tempo de maturidade e crescimento. O diretor da organização relata o esforço contínuo de estar presente em territórios populares para fugir da lógica zona sul-centro da cidade. Internamente, houve contratações de duas pessoas com vivência em favelas. Thaynã Medeiros, do Coletivo Papo Reto do Complexo do Alemão, foi contratado no início de 2015. Uma das razões da sua seleção foi o seu histórico de ativismo e articulação em favelas e territórios populares. Da mesma forma, a estagiária de mobilização, Fernanda Garcia, cursou a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) do Observatório de Favelas e é do Complexo da Maré, fatores que pesaram na sua contratação também no começo de 2015.

Em termos práticos, o Meu Rio estabeleceu com o Coletivo Papo Reto uma parceria, em novembro de 2015, para visibilizar iniciativas do Complexo do Alemão e ajudar a modificar a narrativa sobre favela como lugar estigmatizado pela violência e pobreza. Com nome ‘Nóis por nóis’, em alusão expressão da favela que demonstra autonomia e sentimento de comunidade pelos moradores, o projeto foi a primeira ação significativa do Meu Rio com voluntários – cerca de 20 - em favela. O perfil desses voluntários era de estudantes, todos jovens, com formação em comunicação, design e audiovisual. O grupo se organizou para criar um mapa, a fim de visibilizar iniciativas, contar como surgiram e convocarem outras pessoas a agirem a partir das necessidades de cada projeto. Para isso ser possível, a equipe do Meu Rio, o Coletivo Papo Reto e os voluntários se encontraram no Complexo do Alemão, ao longo de dois meses, para gravar entrevistas com as pessoas dos projetos selecionados e fotografá-los.

A primeira visita ao Complexo do Alemão reuniu três voluntários, dois membros do Coletivo Papo Reto e uma pessoa do Meu Rio. O objetivo era gravar a chamada para o evento ‘Vida no beco do Menino Eduardo’, em referência ao assassinato de Eduardo de Jesus, de 10 anos, por policiais no Complexo do Alemão. O evento foi cancelado devido à forte chuva que ocorreu no dia. O mapa, por outro lado, foi lançado no dia 12 de dezembro de 2015 no evento ‘Circulando’, realizado pelo Instituto Raízes em Movimento, no Complexo do Alemão. A equipe do Meu Rio e os voluntários tiveram uma banca no local e explicaram a proposta do mapa durante o evento. Até janeiro de 2016, a experiência ainda estava sendo avaliada pelo Meu Rio e não havia previsão para que fosse replicada em outros lugares.

Do ponto de vista de *modus operandi*, a organização apostou, no começo, em um modelo de trabalho centralizado para alcançar vitórias mais rápidas. A partir de um estudo do próprio Meu Rio, a equipe identificava uma oportunidade de mobilização e criava a petição.

Logo, a tomada de decisão se concentrava na organização no princípio. Porém, o objetivo de descentralizar era uma premissa da rede, de acordo com Miguel Lago.

Assim, aos poucos, ao longo de quatro anos houve um processo de abertura e de descentralização. Atualmente, o papel do Meu Rio é ser polinizador em vez de intermediário entre o tomador de decisão e o cidadão. Nesse sentido, a estratégia da organização se aproxima do que o antropólogo indiano Arjun Appadurai, chama de sistema celular. Em “O medo ao pequeno número” (2009), esse teórico estabelece uma oposição entre sistemas celulares e sistemas vertebrados. A estrutura vertebrada se caracteriza por uma hierarquia definida com limites claros de atuação e pouca liberdade e autonomia para tomar decisões sem consulta prévia. Os sistemas celulares, por outro lado, são descritos por Appadurai como aquele cujos elementos são:

Ligados, mas não gerenciadas verticalmente; coordenados; porém notavelmente independentes, capazes de se multiplicarem sem o recurso das estruturas centrais de comunicação; nebulosas em seus aspectos organizacionais; porém límpidas como água em seus efeitos celulares (APPADURAI, 2009, p.31).

O Meu Rio coordena e gerencia os aplicativos e as plataformas, mas as mobilizações não dependem da estrutura central da organização para se multiplicar e repercutir. O desenvolvimento de ferramentas como a Painel de Pressão - um dos oito aplicativos da organização -, por exemplo, reforça essa tendência de sistema celular do Meu Rio. Devido à sua popularidade e centralidade na organização, o aplicativo será estudado à parte no quarto capítulo da monografia.

Sobre a hierarquia na organização, Miguel Lago define a estrutura como mista. O Meu Rio é vertical na alocação de recursos e no treinamento de equipe – feito por Alessandra Orofino e Miguel Lago –. O fundador relata que continua presente e participa ativamente dos treinamentos de equipe com Alessandra Orofino. Tudo que foge dessas duas áreas, em contrapartida, é suscetível à discussão e decisão conjunta pela equipe do Meu Rio, o que caracteriza um sistema horizontal de organização. Miguel defende que tenta conceder o máximo de autonomia possível.

A rotina do Meu Rio hoje, segundo Miguel, consiste em juntar a equipe com frequência, em reuniões de planejamento, e identificar oportunidades de mobilização. Em seguida, ocorre uma discussão em grupo do que pode ser ou não mais estratégico de adotar em cada mobilização. A seu ver, existe uma coordenação centralizada, mas com abertura para debate e diálogo antes que uma decisão seja tomada. Para reforçar a sua argumentação, o fundador do Meu Rio descreve a mobilização da Escola Municipal Friedenreich – mais

detalhes sobre ela no subcapítulo 4.1 -, quando Rafael Rezende e Daniela Orofino, então estagiários e coordenadores daquela mobilização, diziam para Miguel o que precisava ser feito.

Para Rafael Rezende, a organização tem uma forte cultura de mudanças tanto no que se refere aos processos, quanto às metodologias e ao arco estratégico¹. Isso, eventualmente, proporciona angústia em pessoas da equipe que antes trabalhavam em outros locais onde estavam acostumados a um ritmo diferente de alterações nos fluxos internos. O rebalanceamento e a reestruturação são relacionados, no seu ponto de vista, à ênfase em questões como em que ações o Meu Rio deve priorizar o seu impacto e o seu posicionamento na cidade.

Em relação ao desenvolvimento de novas ferramentas, a organização renova os mecanismos de participação política ao ofertar para os cidadãos um repertório de aplicativos e plataformas de mobilização. Quando aposta na elaboração de uma nova tecnologia, a organização consequentemente experimenta o fazer político, enquadrando no conceito de política proposto por Ortega (1999). O autor, como mencionado no segundo capítulo, define a política como lugar de experimentação e de criatividade, cuja participação não pode ser reduzida à democracia representativa – voto – e à política partidária. Em entrevista para este trabalho, Miguel Lago defende que a democracia participativa nas cidades é um caminho para preservar os sistemas democráticos e prometer um futuro melhor para a sociedade.

Uma das razões para as pessoas recorrerem ao Meu Rio, segundo ele, é o fato de haver uma demanda reprimida por maior participação, como evidenciado nas manifestações de junho de 2013. Miguel explica que, embora esse não tenha sido o único motivo que levou milhares de cidadãos a tomarem as ruas do país inteiro, havia a vontade de participar mais ativamente da política e ser responsável pelo seu próprio destino. O Meu Rio, na sua percepção, é um dos poucos canais que se propõem a fazer isso. A taxa do sucesso seria outro elemento que influencia a sociedade a se apropriar da organização. Miguel Lago afirma que o Meu Rio colaborou para modificar mais de 50 políticas públicas na cidade do Rio em quatro anos de existência. O terceiro fator seria a credibilidade acumulada pela não associação a partidos políticos. Miguel Lago sustenta que o Meu Rio está no campo progressista da política, mas sem ligação com o PSOL, PT, PSDB ou qualquer outro partido.

¹ Estratégias adotadas por uma organização em intervalo de tempo definido.

Porém, essa característica não significa, necessariamente, falta de posicionamento da organização. No dia 10 de novembro de 2015, por exemplo, o Meu Rio divulgou uma mobilização pedindo a exoneração do secretário de governo e pré-candidato à prefeitura do Rio de 2016, Pedro Paulo (PMDB – RJ), por ter agredido a sua ex-mulher, Alexandra Teixeira, em 2010. A acusação se baseava no laudo do Instituto Médico Legal (IML), segundo o qual um dos dentes dela foi quebrado quando ocorreu a agressão. A petição foi entregue ao prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB – RJ), em reunião do Conselho da Cidade. Em 24 horas, 10 mil pessoas já haviam assinado a petição pedindo a exoneração de Pedro Paulo. Em dezembro de 2015, a plataforma contabilizava 22099 assinaturas exigindo a saída do secretário. Em novembro de 2015, o Meu Rio fez 44 postagens no Facebook, sendo que, deste número, 21 publicações foram sobre Pedro Paulo, o que corresponde a 47% do total. Se contabilizadas a partir da data em que a mobilização foi lançada, esse percentual sobe para 55% das postagens feitas no mês de novembro. Logo, como evidenciado pelo exemplo acima, o fato de se considerar apartidária não implica em falta de posicionamento.

Para Rafael Rezende, outra característica marcante da organização é o design. Na sua opinião, a estética criativa atrai os usuários e os estimula a permanecerem e a utilizarem o site, transmitindo a ideia de que é possível participar da política de maneira alegre e divertida. As cores do Meu Rio são vivas, com ampla presença de azul, verde e laranja. Os aplicativos da rede, em geral, trabalham com ícones grandes, entre três e quatro em destaque na página, que explicam a proposta de cada um antes de mostrar as mobilizações existentes. A funcionalidade das plataformas lembra a de jogos de computador. Ao se apropriar de uma delas, o usuário recebe medalhas em função do tempo de mobilização em rede. Quanto mais apoia as mobilizações do Meu Rio, mais a pessoa é premiada por isso, o que pode influenciar na sua permanência na rede. Na parte inferior do perfil de cada um, ao abrir a página do Meu Rio, as campanhas vitoriosas de que o membro da rede participou ficam disponíveis. O esqueleto do site inteiro é pensado para que a experiência seja a melhor possível, a fim de que o usuário retorne.

Um último ponto a ser abordado nessa apresentação do Meu Rio como plataforma de mobilização é em que medida a articulação entre ciberativismo e ocupação presencial do espaço urbano ocorre nas suas ações. Ao responder sobre essa questão, Rafael Rezende afirma que estar nas redes e nas ruas é uma preocupação que se apresentava desde o início da estruturação do Meu Rio. A sua leitura é que existe uma complementação e sobreposição cada vez maior entre ocupação do espaço urbano e ciberativismo. Internamente, a organização contratou pessoas com perfil de rua para compor a equipe justamente para que haja mais

direcionamento para esse lugar. Como exemplo desse tipo de perfil, o diretor do Meu Rio mencionou Guilherme Pimentel, atual coordenador de mobilizações, que anteriormente trabalhava na Comissão dos Direitos Humanos da Alerj.

Do ponto de vista da mobilização, Miguel Lago destaca que sempre há uma estratégia online, mas, sobretudo, off-line. O fundador da organização citou como repertório tático off-line o contato com a imprensa e um trabalho de *advocacy* junto aos tomadores de decisão pressionados pelas mobilizações. Mencionou também o fato da organização se preocupar em envolver uma equipe de voluntários que sejam engajados no tema da mobilização de rua. Para desconstruir a falsa imagem de que o Meu Rio fica preso em uma espécie de bolha virtual, Miguel Lago defende que as próprias tecnologias desenvolvidas pela organização pensam no online como organizador do off-line.

4. REPERTÓRIOS DE MOBILIZAÇÃO DO MEU RIO²

Neste capítulo, serão descritos as estratégias de ação do Meu Rio em seus aplicativos. Cada subcapítulo explicará o *modus operandi* de cada aplicativo. A Panela de Pressão, por ser a ferramenta de maior sucesso – entendido como influência e mudança no curso das políticas públicas - será analisada separadamente no capítulo cinco.

Os aplicativos do Meu Rio refletem o seu posicionamento político de estimular a cidadania ativa para melhorar a cidade, adotando como ideais municípios inclusivos e sustentáveis. Na fundação da organização, havia a motivação de descentralizar a tomada de decisão para que a maior quantidade de cariocas conseguisse influenciar o curso das políticas públicas do Rio. Ao examinar as ferramentas, percebe-se que a construção das plataformas foi, de fato, orientada pela descentralização, uma vez que qualquer pessoa formula mobilizações nas plataformas.

O online como organizador do off-line, mencionado por Miguel Lago no capítulo anterior, encontra legitimidade no funcionamento nas ferramentas, sobretudo no Multitude, que será introduzido no 4.2. Isso significa que a complementação e interface entre as duas esferas se concretiza na prática.

4.1 Legislando

A criação do Legislando reforça a tendência de abertura e de descentralização da tomada de decisão do Meu Rio. O aplicativo permite a elaboração de um projeto de lei pelo próprio usuário e o apoio e a colaboração em outros projetos de lei. Na interface do Legislando, aparece de quem é a iniciativa – cidadão ou parlamentar - e se alguém do poder legislativo adotou a proposta em seu mandato. Outra característica do Legislando é a exibição da situação do projeto de lei – arquivamento ou andamento - no Congresso Nacional e o processo de tramitação legislativa.

O Legislando dialoga com as ideias de Bachrach e Baratz (1962). A mobilização do preconceito do poder proposta pelos autores seriam rituais, valores e processos institucionais que amparam certos grupos e desconsideram os demais. Ao permitir que cidadãos formulem legislações e representantes do poder legislativo adotem essas ideias no seu mandato, o diálogo se estabelece e cria-se a possibilidade de contemplar grupos que de outra maneira não seriam contemplados pelos projetos de lei.

² Três dos aplicativos apresentados a seguir foram desativados depois da conclusão deste trabalho: Compartilhaço, Imagine e Multitude.

Em novembro de 2015, havia 35 projetos de leis na plataforma, sendo 10 com pelo menos um parlamentar responsável e 12 de iniciativa parlamentar. Os representantes do legislativo que usam a plataforma são de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. No entanto, nenhum desses projetos de lei foi aprovado e entrou em vigor ainda. Onze projetos de lei seguem em tramitação.

A média é de 30 assinaturas por projetos de lei. A legislação que recebeu maior apoio até o momento, com 137 assinaturas, é a que reivindica a redução das férias dos vereadores do Rio de 90 para 45 dias. João Mauro Senise, coordenador de mobilizações do Meu Rio e autor da proposta, sugere uma mudança no recesso dos vereadores para 30 dias no fim do ano e 15 dias no meio do ano. Outro projeto de lei que mobilizou uma quantidade significativa de usuários do Legislando propõe a instalação de telhados verdes ou placas fotovoltaicas em novos edifícios no estado de São Paulo. Dez pessoas contribuíram na formulação da legislação e 135 assinaram demonstrando seu apoio.

Do ponto de vista das colaborações, o total é de 167 edições com uma média de 4,77 por projeto de lei – dados de novembro de 2015. Quando se observa as propostas com o maior número de contribuições, nota-se que não coincidem com as legislações que receberam maior apoio. O projeto que demanda a criação de uma lei de proteção de bem-estar dos animais no Rio, por exemplo, teve 48 assinaturas e 12 edições. De forma similar, a proposta de instituir um programa de Bolsa Creche recebeu seis assinaturas e, surpreendentemente, 13 edições. Isso significa que a correlação entre maior aprovação dos usuários e elevado número de edições é falsa.

Por ser recente – o primeiro projeto de lei é do início do ano de 2015 – é difícil avaliar e determinar o grau de sucesso do Legislando. Porém, o caráter participativo e colaborativo se comprova na prática devido à quantidade de pessoas que aderiram à plataforma em tão pouco tempo, incluindo representantes do poder legislativo, o que pode sinalizar uma tendência de adesão no longo prazo.

4.2 Multitude

Seguindo na linha da colaboração e autonomia, o Multitude, outro aplicativo desenvolvido pelo Meu Rio, apresenta a proposta de fornecer oportunidades de ação voluntária para pessoas dispostas e interessadas em transformar e melhorar a cidade. O seu modo de funcionamento é simples: o usuário preenche um cadastro e informa seus talentos. Quando uma mobilização precisa de alguém com determinada habilidade, essa pessoa recebe

um convite por e-mail para realizar a tarefa. Vale destacar ainda que o usuário também pode procurar uma tarefa que se encaixe com o perfil e assumi-la.

Em cada mobilização, existe uma descrição que especifica a quantidade de pessoas necessárias para realizar aquele trabalho. O Multitude dialoga com o conceito de hibridismo introduzido por Castells (2012), porque se propõe a ser uma ferramenta com foco maior em ação, mas que ganha ampliação e visibilidade a partir do online por meio da publicação de posts nas sociais e upload de vídeos no Youtube. As duas esferas, portanto, se retroalimentam num ciclo virtuoso. Apesar de se iniciar e se organizar nas redes, o resultado se concretiza pela atuação e ocupação dos espaços públicos de pessoas interessadas em cumprir as tarefas.

É interessante também perceber que esse formato possibilita a ampliação de rede entre os usuários dos aplicativos. Se um fotógrafo decide registrar um ato, por exemplo, ela conhecerá profissionais da sua área, proporcionando um crescimento do *networking*. A propósito, para que haja um grau de compromisso no Multitude, cada tarefa tem prazo de entrega. Aparentemente, o Meu Rio não investe tanto recurso e energia no aplicativo, porque uma parte significativa das mobilizações é de 2014. O modelo parece se esgotar e não se renova como a Panela de Pressão.

4.3 Compartilhaço

De acordo com informações do site do Meu Rio, o Compartilhaço é uma ferramenta que amplia a visibilidade de uma mobilização a partir do compartilhamento sincronizado em perfis do Facebook e Twitter. Qualquer pessoa consegue produzir um compartilhaço – nome dado pela rede para um número alto de compartilhamentos – ou emprestar seu perfil para a campanha. O aplicativo trabalha com a lógica do tudo ou nada. Caso a meta de perfis emprestados seja atingida, o conteúdo da campanha é disparado no dia determinado pelo seu criador. Em novembro de 2015, Guilherme Pimentel apontou que 127 compartilhaços foram criados, mas informou que o Meu Rio não sabia a taxa de sucesso e nem qual compartilhaço conseguiu a maior quantidade de perfis emprestados.

O Meu Rio desenvolveu o Compartilhaço com o desafio de romper a restrição ao alcance orgânico das redes sociais. Atualmente, o Facebook apresenta um algoritmo que muda frequentemente, de acordo com as diretrizes da organização, e determina quando e o quê cada usuário vê no seu feed de notícias. Isso obriga, eventualmente, os usuários a pagarem ao Facebook para que suas publicações ganhem visibilidade na rede e atinja um

público maior. Afinal, nem todo post se torna viral³ nas redes sociais. Essa característica, diga-se de passagem, foge da definição de Castells (2012) da internet como plataforma para exercício da autonomia política, cuja construção incorpora a cultura da liberdade.

4.4 De Guarda

O De Guarda opera com a lógica do monitoramento de atividades governamentais em espaços públicos na cidade. A ferramenta surgiu diante da necessidade de evitar a demolição da Escola Municipal Friedenreich em 2012. Ao contrário da narrativa de “1984”, de George Orwell, é a sociedade que vigia as ações do poder público por meio de uma câmera. Existem apenas duas mobilizações no aplicativo: De Guarda na Friedenreich e De Guarda no Bondinho.

Para evitar o trabalho desgastante de acompanhar a mobilização em tempo integral, uma mensagem é enviada para o celular cadastrado avisando quando algo de errado está em andamento. Após todos estarem conscientes do incidente, podem se organizar para planejar uma ação. O conceito de hibridismo de Castells (2012) é útil para pensar a estratégia do De Guarda porque apesar de as pessoas se inscreverem no aplicativo, a mobilização ocorre de fato no off-line. O online serve apenas para organizar e mobilizar a ação coletiva. Miguel Lago defende que prefere o termo ativismo com o digital em vez de ativismo digital:

O digital sendo um elemento super importante, mas que sozinho não permite mudar as coisas. E a mobilização off-line, por si só, não consegue produzir transformações significativas. Os dois juntos têm muito a ganhar. Tanto na criação de mobilizações como na interface tecnológica (LAGO, 2015).

Em agosto de 2011, cinco pessoas morreram e 57 ficaram feridas em acidente com um bonde em Santa Teresa. O modal de transporte tradicional do bairro foi tirado de circulação pelo poder público após a fatalidade. Na época da criação da mobilização do De Guarda no Bondinho, 60 toneladas de peças dos bondes estavam sendo doadas, sem explicações, para ONGs, o que era um sinal para o possível desaparecimento do bonde de Santa Teresa. Para evitar isso, o Meu Rio montou uma base que transmitia imagens da porta da oficina dos bondinhos em tempo real todos os dias da semana. Em setembro de 2015, a plataforma contava 2741 guardiões em alerta para o De Guarda no Bondinho e 1954 para o De Guarda na Friedenreich.

³ Publicação com alto grau de compartilhamento e difusão na internet.

4.5 Imagine

O Imagine foi desenvolvido pelo Meu Rio com o objetivo de fomentar um formato de *crowdsourcing* para a resolução de problemas crônicos da cidade do Rio. Com base em uma pergunta, o usuário imaginava soluções para determinado assunto. Havia uma votação para as melhores imaginações e o Meu Rio usaria as mais votadas em suas mobilizações. O aplicativo dialoga com a crença de Jenkins (2008) de que as tecnologias influenciam o comportamento do cidadão. Ao partir do pressuposto de que o carioca é capaz de apontar soluções para a cidade sem recorrer ao poder público, evidencia-se, como colocado pelo autor, a democracia digital como modelo que estimula a resolução colaborativa de problemas e a menor dependência da expertise oficial.

Até setembro de 2015, apenas 13 campanhas haviam sido criadas e houve uma média de 19 propostas para cada. A pergunta “Que intervenção urbana você faria para simplificar a vida de quem mora no Rio” gerou 72 ideias pelos usuários do aplicativo e tornou-se a vencedora em termos de participação. Em contrapartida, a mobilização “Que perguntas o secretário municipal de Cultura deveria responder na audiência pública do orçamento de 2014” produziu somente quatro ideias. Aparentemente, o Meu Rio não se apropria mais do Imagine como ferramenta de mobilização.

4.6 Faça Acontecer

Para a organização se sustentar e ter vida longa, o Meu Rio fundou o primeiro aplicativo de financiamento recorrente do Brasil: Faça Acontecer. De acordo com Miguel Lago, o Meu Rio aproveitou a sobrevida propiciada pelo modelo de incubação da Purpose para conseguir apoio financeiro de fundações estrangeiras e iniciar o processo de microdoações em 2013. Miguel estima que mais de 1300 pessoas doaram para o Meu Rio ao todo. A oscilação do número de colaborações também é uma característica do modelo. Em alguns meses, a quantidade de pessoas supera a marca de 1000, enquanto em outras ocasiões fica na faixa de 400. A média de colaborações é de R\$16,00 a R\$17,00. Em setembro de 2015, havia 634 pessoas contribuindo mensalmente para o Meu Rio.

Rafael Rezende, diretor do Meu Rio, afirma que este número precisa quintuplicar para a organização ser 100% independente e se sustentar por meio do microfinanciamento. Atualmente, a maior parte do dinheiro que assegura a vida do Meu Rio é da Open Society Foundation e da Omidyar Network, fundações filantrópicas estrangeiras. Para incentivar e reconhecer os colaboradores, o Meu Rio estabelece parcerias com instituições, lojas e

serviços. As experiências são variadas, indo desde acesso a produtos como acarajé até descontos em aulas de surf. Até 2013, havia uma prestação de contas no Faça Acontecer por meio da apresentação de uma planilha com os custos mensais da rede. No entanto, o hábito desapareceu há dois anos.

4.7 De olho

Para finalizar a breve apresentação dos aplicativos e plataformas da rede, torna-se relevante introduzir o Blog de Olho. Segundo informações coletadas no próprio blog, o De Olho era o primeiro projeto independente de acompanhamento da Câmara Municipal carioca. Uma das missões do blog era monitorar as atividades da Câmara Municipal trabalhando com uma linguagem clara, objetiva e que não recorresse aos termos técnicos que dificultam e são uma barreira para aproximar a população desse universo.

O blog tem uma aba chamada “Traduz aí” que descreve as principais atribuições da Câmara Municipal, seus processos administrativos e as funções de seus membros. Em cada tópico, existe uma explicação de como funciona na teoria e na prática, chamado de “na real” pelo Meu Rio. Existe um tópico específico que enfatiza os modos de participação popular nas atividades da Câmara Municipal. Foram 38 publicações desde o primeiro post do blog, cuja data é do dia 15 de fevereiro de 2013. A última atualização aconteceu em 30 de maio de 2014, o que revela que a iniciativa ficou em segundo plano para o Meu Rio.

Guilherme Pimentel, entrevistado para este trabalho em novembro de 2015, relatou que o motivo do encerramento das atividades do blog era a falta de pessoas na equipe para realizar um acompanhamento de qualidade da Câmara. O coordenador de mobilizações do Meu Rio esclareceu que o trabalho de monitorar a rotina da câmara dos vereadores demandaria tempo e recursos humanos que a organização não tinha. A solução encontrada constituiu em organizar uma rede de contatos de funcionários da Câmara de diversos partidos e tomar conhecimento diário da ordem do dia – destinada à leitura do expediente e pronunciamentos, cujo principal critério de inclusão é sua antiguidade e importância. Segundo Guilherme Pimentel, a partir dessas informações cruzadas com as notícias da imprensa, o Meu Rio escolhe ações pontuais da Câmara para explorar.

A tecnologia do Meu Rio, traduzida em aplicativos e plataformas, foram criadas a partir de necessidades. Miguel Lago afirma que a tecnologia não é um espaço vazio que se cria e depois se preenche. As ferramentas surgiram a partir das demandas que apareceram ao

longo da trajetória da organização. De forma pragmática, a tecnologia no Meu Rio funciona para organizar a ação coletiva, ser uma aliada na mobilização e ultrapassar os limites da ação física, como ocorreu no De Guarda. Essa apropriação da tecnologia orienta o modo como são desenvolvidas as ferramentas da organização, de acordo com Miguel Lago.

5. PRESSIONAR PARA TRANSFORMAR

A Panela de Pressão tem como objetivo transformar a posição do cidadão de passiva para ativa, na medida em que cobra do poder público ações de caráter coletivo. A ferramenta possibilita o contato direto com governantes, gestores públicos, parlamentares, concessionárias de serviços públicos, políticos e tomadores de decisão em geral. No entanto, não se trata de um mecanismo de petições online, como o Avaaz. Existe o constrangimento de receber uma mensagem do cidadão em vez de um documento frio de assinaturas. E é justamente isso o diferencial da Panela de Pressão e que define a sua identidade. Qualquer pessoa que se identifica com a causa de uma mobilização pode enviar uma pressão ou criar uma mobilização.

Em grande medida, o *modus operandi* do Meu Rio envolve fiscalização do poder público e aumento da participação popular nas tomadas de decisão, características presentes na Panela de Pressão. A organização modifica a lógica da política ao pressionar os tomadores de decisão a colocar na agenda política assuntos de interesse público, o que retoma a principal contribuição de Steven Lukes para este artigo. Por meio da sua teoria da terceira dimensão do poder, Lukes (1980) problematiza as razões pelas quais pautas políticas são esquecidas ou colocadas em segundo plano enquanto outras são priorizadas pelos governantes. Independente da falta de vontade política de avançar certas agendas, a Panela de Pressão carrega o potencial de obrigar os políticos a colocarem em pauta temas de relevância pública. O funcionamento da Panela de Pressão, a propósito, dialoga com a relação que Dahl estabelece sobre poder e a capacidade de interferir em políticas públicas em New Heaven. Para determinar o poder do cidadão de New Heaven, o autor se apropriava da metodologia de mensurar quais sugestões foram incorporadas pelo poder público, quais ideias não foram acolhidas e quais cidadãos votaram em propostas de outros.

Por meio do aplicativo, os usuários eventualmente conseguem – dependendo do grau da mobilização e adesão - transformar ou influenciar o curso das políticas públicas, o que lhes confere, portanto, poder sobre o seu próprio destino. Ainda que os representantes conservem certa independência diante das preferências da sociedade, dependendo da repercussão da mobilização fica impossível ignorá-la, como foram as próprias manifestações de junho de 2013 no Brasil. Assim, o Meu Rio é uma instituição que busca conferir à população maior controle sobre os governantes.

Bernard Manin (1995), no artigo “As metamorfoses do governo representativo”, afirma que é o caráter coletivo de uma manifestação que a torna um ato político, obrigando as autoridades a tomarem uma decisão diante de uma multidão na rua ou da assinatura de milhares de pessoas numa petição.

Quando os indivíduos, agindo como grupo, dão instruções aos seus representantes, quando grupos exercem pressão sobre o governo, quando multidões se reúnem na rua, o povo está se manifestando como uma entidade política capaz de falar e de agir independente dos que estão no governo (MANIN, 1995, p. 6).

Na Panela de pressão existem quatro modos de pressionar: telefone, e-mail, Facebook e Twitter. Vale acrescentar também que fica a critério do criador da Panela de Pressão escolher a sua forma de mobilização. Por e-mail continua sendo o mais comum. A pessoa lê o texto do cozinheiro, pessoa que cria a Panela de Pressão, e, caso concorde com as reivindicações, preenche seu nome, sobrenome e e-mail e envia a sua pressão. O e-mail padrão encaminhado para os pressionados aparece também para o pressionador, o que marca a transparência do aplicativo.

A ideia da Panela de Pressão é que, ao se deparar com a caixa de e-mail lotada com a mesma mensagem, o tomador de decisão se posicione publicamente e apresente uma proposta. Pressionar pelo Facebook funciona de maneira simples. Ao clicar em “Enviar sua pressão”, o usuário da Panela de Pressão postará a mensagem do e-mail padrão diretamente no mural do Facebook do alvo. De maneira semelhante, pressionar pelo Twitter significa mandar um *tuíte* para o pressionado reivindicando a pauta da Panela de Pressão. Quase nenhuma mobilização, diga-se de passagem, utiliza esse mecanismo.

Por fim, ao escolher pressionar pelo telefone, uma telefonista eletrônica liga para o número do usuário do aplicativo e completa a ligação. Quando atenderem ao telefone, a pessoa pode dar o seu recado. Assim como o Twitter e o Facebook, poucas pessoas escolhem esse tipo de pressão talvez por ser um meio invasivo e inconveniente de cobrar uma resposta do poder público.

Tanto para Miguel Lago como para Rafael Rezende, a facilidade de usar o aplicativo explicaria a sua popularização e sucesso. Por ser prático, rápido e necessitar de baixo engajamento, as pessoas se apropriam massivamente da Panela de Pressão. Outra característica que justificaria o seu trunfo é a proposta de ser um canal direto entre cidadão e poder público sem qualquer intermediário. Rafael Rezende argumenta que os governos ainda não conseguiram atender a essa demanda da sociedade, o que também atrai os cidadãos. Em relação à história da elaboração do aplicativo, o diretor do Meu Rio relata que, apesar do

mecanismo da petição permanecer sedutor para a população, a equipe da organização se cansou rapidamente dele e decidiram enriquecer mais ainda a experiência.

No início, o que se tornaria futuramente a Panela de Pressão era um site de petição pública difícil de construir campanhas. Havia versões de canais diretos entre cidadão e poder público, mas, de acordo com Rafael Rezende, ou as ferramentas estavam em língua estrangeira ou esteticamente não convenciam. Assim, surgiu a primeira versão da Panela de Pressão com a proposta de ser canal direto entre cidadão e gestores públicos e com design cativante - o que certamente influenciou na sua disseminação. É relevante mencionar que no começo da Panela de Pressão havia uma curadoria por parte da equipe do Meu Rio.

Isso era extremamente trabalhoso, de acordo com Rafael Rezende, porque, além de selecionar quais entrariam no ar, havia a necessidade de aprimorar os textos de todas as mobilizações, o que se configurava como desperdício de tempo e energia. Como mencionado acima no capítulo, hoje a criação de qualquer Panela de Pressão é aberta e as mobilizações entram no ar sem a necessidade de passar por alguém da equipe do Meu Rio. A inteligência coletiva – rede de monitoramento do Meu Rio - seria responsável por denunciar se a mobilização não se encaixa na visão e princípios da organização. No entanto, este sistema adotado claramente apresenta falhas. Durante a pesquisa para este trabalho, encontrei dois projetos no aplicativo Legislando que fugiam dos valores e da missão do Meu Rio. Um deles defendia a elaboração de projeto de lei que aprovasse o patriotismo como disciplina enquanto o segundo desejava a habilitação para porte de arma. Os dois, diga-se de passagem, feito pela mesma pessoa. O projeto de lei do patriotismo como disciplina estava há 28 dias no ar na plataforma sem que alguém da rede de monitoramento denunciasse ou que alguém da equipe do Meu Rio percebesse.

Em outubro de 2015, o aplicativo informava que só no Rio de Janeiro haviam sido criadas 381 painéis de pressão. A temática com maior apelo era mobilidade urbana com 123 painéis de pressão, o equivalente a 32% do total de mobilizações. Em segundo lugar, aparecia “Meio ambiente e direitos dos animais” com 63 campanhas (16%). Na terceira colocação estava “Direitos humanos” com 49 painéis de pressão (12%). Miguel Lago assegura que a taxa de sucesso da Panela de Pressão está em torno de 9% - dados de 2015. A vitória, neste caso, está associada ao cumprimento do que foi exigido na mobilização. Porém, quando o Meu Rio seleciona a Panela de Pressão para apoiar, a probabilidade de sucesso aumenta para cerca de 30%. Os critérios de seleção de uma Panela de Pressão pela equipe do Meu Rio são cinco. O primeiro é o alinhamento da mobilização aos valores da organização – participação,

controle social, uso democrático do espaço público, entre outros. O segundo critério corresponde à urgência, cuja repercussão depende do empenho da equipe do Meu Rio. O terceiro constitui o alto potencial de sucesso da mobilização. O quarto consiste em temáticas que estão sendo amplamente debatidas pela sociedade. Por fim, o último critério valoriza o tempo que o cozinheiro pode disponibilizar para desenvolver a estratégia da mobilização junto à equipe da organização.

Em “O que é a virtualização” (1996), Pierre Lévy explica que uma comunidade virtual se configura sobre os mesmos núcleos de interesse, problemas e exibe relações de paixões, conflitos e formações de laços. O autor explica a virtualização como:

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualiza, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário (LÉVY, 1996. p.9).

O virtual passa a ser, assim, espaço de troca e constante interação pelos membros. A Panela de Pressão funciona a partir da lógica da virtualização porque não depende, exclusivamente, do contato físico para ser elaborada, divulgada e, sobretudo, bem-sucedida. A motivação que leva pessoas desconhecidas a colaborarem com outras se refere ao mesmo interesse temático e compartilhamento de problemas. A rede da Panela de Pressão, na acepção proposta por Yúdice, dialoga com a noção de virtualização de Pierre na medida em que permite a conexão de atores que se desarticulariam de outra forma. O aplicativo une grupos em busca da resolução do problema, o que possivelmente não aconteceria sem a existência da ferramenta. Logo, a potência do capital social e cultural, retomando Yúdice, é ampliado em função da rede da Panela de Pressão.

A Panela de Pressão proporcionou vitórias significativas para mobilizações do Rio. Por meio do aplicativo, por exemplo, milhares de pessoas pressionaram e conseguiram a criação da primeira delegacia de desaparecidos no Rio. Outra vitória simbólica da organização foi evitar o despejo do Favela + Limpa, organização que promove a sustentabilidade no Cantagalo e que teria seu terreno cedido para uma empreiteira. Foram quatro mil assinaturas em menos de 10 dias que garantiram a continuidade do projeto. A Panela de Pressão também tornou disponível a consulta de dados de GPS dos ônibus do município para observar o comportamento da frota, diagnosticar problemas e propor melhorias. Evidentemente, houve uma série de outros elementos envolvidos, mas a ferramenta, sem dúvida, teve um papel decisivo nos processos.

Em janeiro de 2016, o Meu Rio aponta 58 mobilizações vitoriosas no Rio de Janeiro. Mesmo com mais de quatro anos de ar, o aplicativo não perde força e as Painéis de Pressão continuam sendo feitas com frequência na plataforma. Essa informação revela que as pessoas depositam esperança no aplicativo e que acreditam no seu potencial de produzir mudanças concretas na sociedade.

Os próximos itens examinarão duas experiências que utilizaram a Painel de Pressão: a mobilização pela permanência da Escola Municipal Friedenreich e o caso da CPI do aborto da Alerj. Enquanto esta não se traduziu em vitória, o caso da escola serve como referência de sucesso para o Meu Rio.

5.1 O caso da Escola Municipal Friedenreich

A mobilização para evitar a demolição da escola desempenhou papel relevante por introduzir à população carioca o potencial do Meu Rio e rendeu inúmeros aprendizados à organização. De acordo com Rafael Rezende, quando a equipe decide apostar em mobilizações planejadas para ser porta de entrada para pessoas que se engajam com a iniciativa, a Friedenreich é uma referência.

Na época da elaboração da Painel de Pressão da Friedenreich, a escola ostentava estar entre as dez melhores instituições públicas do Estado do Rio no ranking do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁴ referente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º). Com mais de 40 anos de história, a escola fica no Complexo do Maracanã, entre o Estádio do Maracanã e o Maracanãzinho. O seu nome é uma homenagem ao jogador Arthur Friedenreich (1892 – 1969), primeira estrela do futebol brasileiro amador. Mais de 400 alunos estudavam na Friedenreich.

Os professores argumentavam que a escola, embora fosse municipal, tinha mais recursos que alguns colégios particulares e oferecia aulas de arte, música, inglês, além de estrutura adequada para os estudantes. As bibliotecas forneciam livros e computadores. Havia também um laboratório de informática e uma sala com quadro inteligente. Oito salas traziam o conforto do ar condicionado e aparelhos de TV e vídeo que podiam ser utilizados por professores.

Os rumores começaram em 2007, quando o Rio sediou os Jogos Pan-Americanos, mas a primeira menção à demolição da Escola Friedenreich no Google é de seis de novembro de

⁴ Índice que avalia a qualidade da educação a partir do fluxo escolar e da média de desempenho em provas.

2009. A matéria do jornal *Extra* relata as mobilizações iniciadas pelos pais e alunos da escola – abaixo-assinado, comunidade no Orkut e manifestações com cartazes e faixas na porta do colégio - para evitar a demolição. A Secretaria Municipal de Educação havia sido acionada, mas alegava não ter recebido qualquer proposta. Carlos Sandes, pai de Beatriz da Costa Ehlers, foi um dos líderes do movimento desde o princípio. O seu papel foi essencial para mobilizar os pais dos estudantes do colégio e ampliar a visibilidade da causa. Em várias reportagens, as falas de Carlos aparecem reivindicando a permanência da Friedenreich no seu local de origem.

Segundo reportagem do *UOL*, Carlos Sandes e outros pais de alunos procuraram o Ministério Público em busca de explicações em 2010. Em outubro de 2012, receberam informações da Secretaria de Obras do Estado do Rio que garantiam a preservação da escola no espaço. No entanto, em novembro de 2012, a Casa Civil do governo estadual divulgou o edital de concessão do Complexo do Maracanã à iniciativa privada. O documento previa a demolição da Escola Municipal Friedenreich, do Parque Aquático Júlio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros. Essas áreas seriam substituídas por duas quadras para aquecimento de atletas e um estacionamento com capacidade para dois mil veículos.

A prefeitura do Rio alegava que a destruição só aconteceria se o governo oferecesse um novo local e com características semelhantes. Contudo, os pais dos estudantes da escola denunciavam a falta de diálogo do poder público e de transparência, porque a decisão foi anunciada e tomada sem consultar a comunidade escolar. Miguel Lago argumenta que não havia nenhuma promessa concreta e escrita do governo de construir uma nova escola para as crianças.

O Meu Rio entra no processo quando Márcia Fernandes, mãe de um aluno da Friedenreich, descreve o contexto da situação. A equipe do Meu Rio se sensibilizou com a mobilização e decidiu conhecer o colégio e seu projeto educacional. Para Rafael Rezende, já havia um terreno fértil quando a organização visitou o espaço, porque aquela comunidade queria se organizar e resistir. Os alunos estavam fazendo abaixo-assinado e a Beatriz da Costa – 11 anos -, filha do Carlos Sandes, escreveu uma carta se posicionando contra a demolição da escola. Como a vontade surgiu dos estudantes, pais de alunos e professores da escola, o Meu Rio apresentou suas ferramentas e pleiteou lançar um abaixo assinado virtual que explorasse a carta da Bia.

Com nome “Assine a carta de apoio aos pais e alunos da Escola Friedenreich”, a primeira mobilização do Meu Rio pela Friedenreich estabeleceu uma meta de 20 mil no

abaixo assinado e conseguiu 19295 assinaturas no total. O texto narrava o drama da escola, valorizava a sua importância, denunciava a falta de transparência do poder público e convocava os cidadãos a ajudarem na mobilização. A repercussão foi alta, mas ainda assim não garantiu a preservação da escola.

No final de 2011 e início de 2012, os pais dos estudantes temiam que a escola fosse demolida durante as férias escolares e, por isso, cogitaram se acorrentar dentro do local e iniciar uma ocupação de dois meses. Miguel Lago afirma que eles chegaram a pensar, inclusive, na logística dos banheiros. Cético em relação à ocupação de dois meses ao longo do verão carioca, o Meu Rio, internamente, analisou as suas possibilidades e apresentou a proposta de instalar uma câmera em frente à escola para monitorar as atividades do poder público. O desafio era como vigiar a escola constantemente sem alguém ficar lá por dois meses o tempo inteiro.

Após um vizinho da Friedenreich aceitar emprestar sua janela e internet para o Meu Rio, um computador, equipado com webcam, foi instalado, o que viabilizou o monitoramento em tempo real da escola. Surgiu, assim, o aplicativo De Guarda. Miguel Lago explica que o desenvolvimento do aplicativo ocorreu em 24 horas e resultou de uma necessidade. A experiência com o De Guarda, diga-se de passagem, retifica que o desenvolvimento de aplicativos do Meu Rio é guiado pelas demandas que aparecem e se confirmam como organizadores das ações off-line.

Em novembro de 2012, uma reportagem do portal de notícias *Terra* informa que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) havia aberto uma ação civil pública na justiça com pedido de antecipação de tutela contra o município e o estado do Rio. A justificativa era impedir a demolição da Friedenreich e garantir seu funcionamento durante o ano letivo de 2013.

A ação sustentava que o Estado e o município rejeitem medidas que impeçam ou limitem o direito à educação. Caso a determinação fosse descumprida, tanto o município como o Estado pagariam uma multa diária de R\$5.000,00. Outra deliberação indicava que providências deveriam ser encabeçadas para assegurar um local adequado para as instalações da Friedenreich no ano letivo de 2014.

Em junho de 2013, o Meu Rio ajudou a organizar uma aula pública com as crianças da Friedenreich em frente à prefeitura para ensinar ao prefeito “Porque não devemos demolir as escolas”. Outra ação da organização foi elaborar uma campanha de crowdfunding de dois dias

para financiar o frete de dois ônibus e levar os estudantes da escola à audiência pública que debateu a privatização do Maracanã.

A cartada final do Meu Rio foi lançar uma Panela de Pressão, em julho de 2013, reivindicando o tombamento da escola, projeto de lei 469/2009 do vereador Carlo Caiado, por interesse educacional e social, o que impediria a demolição da Friedenreich por completo. O texto da mobilização afirmava que o governo queria permitir a demolição do colégio sem a construção prévia de outra para os alunos estudarem. Relatava ainda uma reunião com a então Secretária Municipal de Educação, Claudia Costin, na qual ela declarou ser impossível a construção de outra escola antes do prazo da demolição, obrigando os alunos a terem aulas em salas improvisadas e em outros colégios. A Panela de Pressão recebeu 2463 pressões.

No dia cinco de agosto de 2013, o então governador do Estado, Sérgio Cabral, confirmou via Twitter que não demoliria a Friedenreich. A assessoria de imprensa do Governo de Estado também informou que a construção da nova escola municipal para transferir os alunos foi suspensa. Em novembro de 2013, a Câmara dos Vereadores do Rio aprovou o projeto de lei que tomba a Friedenreich. Assim, tornou-se proibido a demolição da escola e a transferência definitiva de suas atividades educacionais.

A trajetória de mobilização do Meu Rio com os alunos e pais da Friedenreich durou cerca de um ano e meio. As ações aconteceram tanto na rua como no online. Rafael Rezende conta que durante o processo inteiro houve protagonismo da comunidade escolar da Friedenreich. Reuniões eram feitas aos finais de semana na casa de alguém com a presença da equipe do Meu Rio para a elaboração de estratégias, havia organização de quem falaria com a imprensa, quem seriam os responsáveis pela elaboração de releases, entre outras atividades. Rezende destaca o sentimento de coletivo como um dos elementos responsáveis para a mobilização ser bem-sucedido.

Como saldo político, Rafael Rezende comenta que a comunidade escolar da Friedenreich formou grandes mobilizadores. O Meu Rio é conectado a outras escolas que estejam precisando de ajuda pela Friedenreich e mobilizações são criadas na Panela de Pressão por pessoas do colégio. O Carlos Sandes, pai da Beatriz Costa e uma das principais vozes do movimento, por exemplo, elaborou várias Painéis de Pressão com outras escolas após o desfecho da Friedenreich.

A escola municipal Friedenreich, reitera a eficácia da Panela de Pressão. Quase 20 mil pessoas enviaram suas pressões por meio do aplicativo e impediram a demolição da instituição de ensino.

5.2 CPI do aborto da Alerj

Duas razões influenciaram a escolha da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do aborto da Alerj para ser examinada neste trabalho. O primeiro argumento é para ratificar de que nem sempre as mobilizações da sociedade, por meio dos aplicativos e plataformas do Meu Rio, se traduzem em vitória. O retrocesso e a sensação de impotência por parte da população são elementos intrínsecos à política e não devem ser desconsiderados. Com caráter mais pessoal, o segundo argumento que motivou a escolha desta mobilização foi o diálogo com o conceito de sociedade relacional de Da Matta (1991). Segundo o autor, existiria uma articulação na sociedade entre atitude tradicional e moderna. O exemplo da CPI do aborto da Alerj é um exemplo simbólico da atitude tradicional, pautada pelas relações de privilégios e que escancara que uns cidadãos são mais iguais que outros. Na sua leitura, a polícia e a lei tratam indivíduos com base nas suas categorias sociais e este pensamento pode ser estendido para o caso da CPI do aborto da Alerj. Abaixo, os fatos que culminaram na criação da CPI.

Jandira Magdalena dos Santos Cruz, de 27 anos, decidiu interromper a gestação de quatro meses por meio de um aborto clandestino. No dia 26 de agosto de 2014, Jandira saiu de sua casa, em Campo Grande, para se submeter ao procedimento. O seu corpo foi encontrado carbonizado, com membros inferiores e superiores amputados e sem arcada dentária no dia seguinte, em Guaratiba. As investigações determinaram que Jandira morreu durante a operação e, para dificultar ou impedir a identificação do corpo, a quadrilha ateou fogo no cadáver.

Diante da repercussão do caso na mídia tradicional, o trabalho para a criação de uma CPI na Alerj começou no dia 17 de março de 2015 com o suposto objetivo de investigar os interesses de quem financia a prática do aborto no estado, o comércio de produtos e as clínicas que fazem o procedimento. A CPI do Aborto foi composta por seis deputados e apenas uma deputada. No Brasil, a legislação permite o aborto em três circunstâncias: gravidez que ponha em risco a vida da mãe, estupro e quando o feto tem anencefalia – ausência total ou parcial do cérebro. A descriminalização do aborto em casos de fetos anencefálicos, diga-se de passagem, ocorreu apenas em 2012 com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

No contexto jurídico, aborto é entendido como a interrupção da gravidez com a morte do produto da concepção, em qualquer fase do ciclo gravídico. De acordo com os artigos 124

e 128 do Código Penal, o aborto corresponde a um procedimento que visa à interrupção do processo de gravidez e, conseqüentemente, à morte do feto. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por outro lado, entende o aborto como a expulsão do feto com cerca de 20 a 22 semanas completas de gestação, com peso inferior a 500 gramas.

Publicado em 2010, um estudo da OMS aponta que uma a cada cinco mulheres brasileiras com menos de 40 anos se submeteu a um aborto. A entidade estima que a cada dois dias uma mulher brasileira morra vítima de aborto ilegal. Em sua maioria, negras e pobres. Um estudo conduzido por Sandi e Braz (2010) revela que o nível de escolaridade influencia diretamente na decisão de realizar um aborto. Quanto maior o grau de instrução da mulher, maior a probabilidade dela abortar em casos de gestações não planejadas.

Em outubro de 2015, o grupo Mulheres na Luta lançou uma mobilização relâmpago na Panela de Pressão pedindo para os deputados escutarem as mulheres e não aprovarem o relatório da CPI do Aborto, presidido pelo deputado Iranildo Campos (PSD-RJ). Das 16 pessoas escutadas ao longo das reuniões, somente duas eram mulheres. Uma policial, da Corregedoria Interna da Polícia Civil do Estado do RJ, e uma farmacêutica, representante de uma empresa distribuidora de medicamentos. Em menos de 24 horas, mais de 2000 pessoas enviaram e-mails aos membros da CPI. Em dezembro de 2015, 2462 pessoas haviam pressionado na Panela de Pressão os membros da CPI do aborto da Alerj. Segundo estudo feito pelo Meu Rio, o relatório não considera números sobre a quantidade de internações de mulheres na rede pública de saúde em função de abortos espontâneos ou induzidos e de óbitos por falta de acesso a métodos abortivos legais, seguros e gratuitos.

Uma hora antes do início da votação do relatório final, o Meu Rio elaborou uma mobilização na Panela de Pressão para as pessoas ligarem para o deputado Jânio Mendes (PDT – RJ). No entanto, apenas duas pessoas completaram a ligação, sendo uma delas do próprio Meu Rio, o coordenador de mobilizações João Mauro Senise. No dia 28 de outubro de 2015, a CPI do Aborto da Alerj aprovou o relatório final do deputado Jânio Mendes (PDT – RJ) por cinco votos a favor e apenas um contra, do deputado Paulo Ramos (PSOL – RJ). Entre os encaminhamentos do texto aprovado está um projeto de lei que exige notificação à polícia de qualquer atendimento em hospitais em casos de aborto, considerando os espontâneos e previstos na lei. A única mulher que integra a CPI, a deputada Márcia Jeovani (PR – RJ), alega que o projeto de lei é fundamental, pois ajuda a suprir a falta de estatísticas sobre o número de abortos feitos no estado.

De acordo com a reportagem da *Empresa Brasileira de Comunicação* (EBC), o parecer de Jânio Mendes (PDT –RJ) comentou a falta de punição do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) para os dez médicos condenados durante a Operação Herodes. A ação da Corregedoria da Polícia Civil, na ocasião, investigou em 2014 clínicas clandestinas de aborto. O deputado afirmou que o Cremerj suspende a punição na maioria das situações em que o aborto é cometido. Defendeu também mais fiscalização por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de investigação por parte do Ministério Público.

Sem data marcada, a pauta será votada pelos deputados. O Meu Rio, o Fórum Estadual de Mulheres e a Marcha Mundial de Mulheres, entre outros grupos, fixaram cartazes na fachada da Alerj repudiando a decisão da CPI. No mesmo dia, houve um protesto na Cinelândia para condenar o relatório final da CPI do aborto e as ações do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB – RJ).

No dia 29 de outubro, um dia após a votação, o Meu Rio lança o ‘Mulheres Mobilizadas’ no Reboo. A nova plataforma, a propósito, é uma tentativa de integrar melhor os aplicativos da organização, segundo Miguel Lago. Por fugir aos objetivos da monografia e por ser extremamente recente, não haverá uma análise específica sobre o Reboo. O site do ‘Mulheres Mobilizadas’ exige que a pessoa insira o nome, e-mail, número de celular e sugestões de ideias de ação. Após se inscrever no formulário, o interessado recebe instruções sobre os próximos passos para barrar o projeto de lei que obriga os profissionais da área de saúde a notificarem a polícia toda vez que uma mulher for atendida em situação de aborto. Em dezembro de 2015, 736 pessoas haviam se inscrito para se organizarem e barrarem esse projeto de lei.

6. CONCLUSÃO

A premissa para a fundação do Meu Rio foi descentralizar as tomadas de decisão do Rio de Janeiro. A partir das vitórias conquistadas pela organização em um espaço de tempo curto, pode-se concluir que esse objetivo se concretizou na prática, traduzido em maior influência dos cariocas nas políticas públicas da cidade. Evidentemente, ainda existe um longo caminho a se percorrer quando se trata de participação social, mas o Meu Rio demonstra ser um importante ator nesta construção.

Em conjunto com outros movimentos, o Meu Rio consegue inserir na agenda política pautas de interesse público, que, possivelmente, não entrariam se não fossem as suas plataformas de mobilização. Isso confere à organização o poder abordado por Steven Lukes em “O poder: uma visão radical” (1980). Ainda que não consiga avançar em certas legislações, o Meu Rio desempenha um papel importante na implementação e no aprimoramento de políticas públicas no Rio de Janeiro, combinando com a contextualização feita por Nadia Urbinati (2006) no segundo capítulo. O Meu Rio age como representante da sociedade civil e representa um discurso progressista em vez de um conjunto específico de pessoas, o que proporciona legitimidade à sua representação e atuação, com base em Avritzer (2007).

A rede utiliza a tecnologia para encorajar a participação na política ao ofertar plataformas e aplicativos para as pessoas se apropriarem da política sem recorrer aos partidos e ao voto. Em “Redes de Indignação e esperança” (2012), Manuel Castells define as tecnologias da informação e comunicação como elementos que fortalecem a democracia, aumentam o envolvimento cívico e ampliam a autonomia da sociedade civil. A partir do momento em que o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas é orientado por esta lógica, a experimentação política proposta por Ortega (1999) se concretiza. Consecutivamente, o espaço de participação na política se redefine e a democracia se fortalece. O Meu Rio cumpre a sua missão de engajar pessoas para a produção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e democráticas, uma vez que consegue alterar ou influenciar o curso de políticas públicas da cidade.

Ainda que não fosse bem-sucedido na tentativa de modificação de políticas públicas, o Meu Rio oferece canais diretos para que as pessoas exponham suas queixas e reivindicações aos tomadores de decisão. O fato de não permitir a formação ou a propagação de reclamações, de acordo com Steven Lukes (1980), é uma manifestação suprema do poder. Com aplicativos

como a Panela de Pressão, isso se torna inviável, porque a natureza dela encoraja o cidadão a lutar por outro modelo de cidade que não privilegie a manutenção do *status quo*.

Ao convocar os cidadãos a agirem por meio da atuação online e off-line, como ocorreu na Escola Municipal Friedenreich e em várias mobilizações, o Meu Rio sinaliza que é uma rede com oportunidades de ação virtual e presencial. O próprio funcionamento do Multitude, aplicativo cuja proposta é fornecer oportunidades de ação voluntária para pessoas conectadas ao Meu Rio, indica esse *modus operandi*. A produção do mapa Nois por Nois no Alemão também demonstra que a participação em ações off-line é uma preocupação constante do Meu Rio.

Em relação à equipe, a participação do Meu Rio não se restringe à elaboração de conteúdos e plataformas, mas se verifica na presença em atos da sociedade civil, reuniões com gestores e audiências públicas. Logo, tanto internamente como na atuação da sua rede o Meu Rio se apropria da hibridização colocada por Manuel Castells (2012). A rede se organiza e convoca as pessoas a lutarem por outro modelo de cidade no online, mas suas ações se desdobram para o off-line. Assim, a premissa inicial de que o Meu Rio se limitava a tentar lutar por um modelo de cidade mais sustentável, inclusivo e democrático apenas pela internet foi desconstruído após essa pesquisa.

O Meu Rio colabora para a construção da noção de cidadão monitorial proposta por Jenkins (2008). A partir do monitoramento dos problemas da cidade, a pessoa é capaz de se apropriar das tecnologias do Meu Rio para tentar transformar aquela realidade. Existe uma modificação simbólica neste comportamento de cidadão passivo para cidadão ativo. Em vez de esperar que as mudanças aconteçam por parte do poder público, o cidadão monitorial quer que essa alteração ocorra logo e, por isso, pressiona. A crença de que a sua reivindicação pode ser a mesma de milhares outras pessoas influencia na sua decisão de estruturar uma mobilização no Meu Rio. Essa vontade latente de participar das tomadas de decisão que afetam diretamente a sua vida implica no desejo por uma sociedade em que as tomadas de decisão sejam mais descentralizadas.

Existem algumas questões em aberto para futuras pesquisas sobre o Meu Rio. Uma delas é estudar a ampliação do modelo para outras cidades, viabilizado pela vitória no Desafio de Impacto Social da Google Brasil em 8 de junho de 2014, cujo prêmio foi de R\$1 milhão. O argumento que motivou a inscrição do Meu Rio na disputa da Google era de replicar o projeto em 20 cidades por um período de cinco anos. Miguel Lago conta que a proposta de expandir para outros lugares era mais das outras pessoas do que da própria organização. Não houve

sequer planejamento estratégico e o prêmio Google se tornou a oportunidade perfeita para testar a reprodução do modelo em outras cidades.

A ampliação do modelo do Meu Rio para outras cidades do Brasil se desenvolve a passos largos. Em janeiro de 2016, a plataforma Nossas Cidades contabilizava oito cidades além do Rio: Minha Campinas; Meu Recife; Minha Garopaba; Minha Sampa; Minha Blumenau; Minha Ouro Preto; Minha Curitiba; Minha Porto Alegre. Assim, existem algumas possibilidades para avaliar se essas redes foram bem-sucedidas em suas cidades, que, evidentemente, podem ser complementares. A primeira é analisar o grau de adesão e popularização da plataforma nos municípios que replicaram o modelo do Meu Rio. A segunda consiste em perceber se as redes conseguiram, de fato, transformar ou influenciar políticas públicas com foco na produção de cidades mais inclusivas, iguais e sustentáveis. A terceira corresponde à capacidade de cada uma de se apropriar da tecnologia para engajar o cidadão a participar da política e se envolver em temas relacionados à cidade. Examinar as diferenças do modelo do Meu Rio para cada plataforma também se constitui como caminho a ser explorado pelos próximos trabalhos.

Outro caminho para futuras pesquisas é estudar se o Meu Rio conseguiu construir uma comunidade sólida e ativa dentro da sua rede. Atualmente, a organização envia mobilizações, com base em interesses por temáticas, para grupos, que se organizam para que suas demandas sejam atendidas. A ferramenta que costuma ser mais utilizada nestes casos é a Panela de Pressão. Miguel Lago gostaria que a apropriação do Meu Rio fosse mais contínua e não apenas em causas específicas. Formar uma comunidade que abraça as causas da rede e a ajuda a se desenvolver em espaços onde apresenta baixa entrada territorial.

Avaliar os desdobramentos da criação do Reboo, novo aplicativo do Meu Rio cuja função é integrar melhor as ferramentas, dialoga com a formação de uma comunidade sólida e ativa, porque as pessoas preenchem um formulário indicando interesse em participar como voluntário de uma mobilização. Existe um diagnóstico interno do Meu Rio sobre a falta de pessoas para atender as demandas da organização e a necessidade de compartilhar responsabilidades. Como o aplicativo caminha nessa direção ao permitir que pessoas se inscrevam em ações como voluntárias, cabe um estudo sobre as consequências deste novo elemento. O Reboo também rompe com o modelo tradicional de desenvolvimento tecnológico da organização, uma vez que o Meu Rio lança uma média de dois aplicativos por ano desde a sua fundação. De acordo com Rafael Rezende, a proposta é concentrar as mobilizações dentro desta nova plataforma, o que pode ser avaliado por futuras pesquisas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. SP: Iluminuras, 2009.

AVRITZER, Leonardo. “**Sociedade Civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação**”. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol.50, n.3, 2007, pp.443-464.

BACHRACH, Peter & BARATZ, Morton S. “**As duas faces do poder**”. In “American Political Science Review”, Volume 56, ‘Issue 4’, pp. 947-952, 1962.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DAHL, Robert. **Who Governs? Democracy and Power in an American City**. New Haven and London: Yale University Press, 1968.

DA MATTA, Roberto. **Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional**. In: DA MATTA, Roberto. A casa e a rua, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro, et al. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KONCHINSKI, Vinicius. **Projeto de privatização do Maracanã prevê demolição de escola pública “modelo”**. Disponível em: < <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/29/projeto-de-privatizacao-do-maracana-preve-demolicao-de-escola-publica-modelo.htm> > Acesso em: 18 de jan. 2016.

LÉVY, Pierre. **O Que é Virtual?**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LUKES, Steven. **O Poder: uma visão radical**. Brasília: Editora UnB, 1980.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 29, ano 10, outubro 1995.

NITAHARA, Akemi. **CPI do Aborto da Alerj aprova relatório final dos trabalhos**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-10/cpi-do-aborto-da-alerj-aprova> > Acesso em: 18 de jan. 2016.

MEROLA, Ediane. **Pais e alunos protestam contra a demolição de colégio no Maracanã**. Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/rio/pais-alunos-protestam-contrademolicao-de-colegio-no-maracana-194282.html> > Acesso em: 18 de jan. 2016.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

PORTAL TERRA. **Ministério Público impede demolição da Escola Municipal Friedenreich**. Disponível em: < <http://esportes.terra.com.br/futebol/ministerio-publico-impede-demolicao-da-escola-municipal->

[friedenreich,a58653923d43b310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html](https://doi.org/10.1186/1745-6215-18-1)> Acesso em: 18 de jan. 2016.

SANDI, Stella & BRAZ, Marlene. **As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública**. Revista Bioética, Brasília, v. 18, n. 1, jun. 2010

URBINATI, Nadia. **Representation**. Trabalho apresentado no workshop Yale Political Theory. Yale University, 9 de novembro, 2006.

YÚDICE, George. **The Expediency of Culture: Uses of Culture in the Global Era**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.